

GÊNERO, HOMENS E MASCULINIDADES



GT 11

SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DA MASCULINIDADE FRENTE ÀS “MULHERES MODERNAS”

Mestranda Ingrid Machado Jeampietri de Paiva
ingrit_design@hotmail.com

Orientador Dr. Péricles Morais de Andrade Jr
Universidade Federal de Sergipe – PPGCR-

Resumo: Os estudos de gênero propiciaram nas últimas décadas, novos olhares sobre as configurações e práticas relacionais, exigindo a releitura das estruturas sociais e de gênero e como estas operam no funcionamento social, na distribuição do capital social e seus efeitos. A ortodoxia da patrifocalidade somada à heterodoxia dos movimentos feministas e seus desdobramentos têm gerado o não-lugar determinado para fixação identitária, propiciando o surgimento da crise das masculinidades. Nosso objetivo neste artigo é fazer apontamentos sobre a crise masculina em uniões heterossexuais em duas metáforas musicais - “Ai, que saudade da Amélia” (1941) e “Mulheres Modernas” (2014) como possibilidade de aproximação das entrelinhas – *habitus* - de relacionamentos conjugais normatizados na figura “Ameliana”, explorando a imagética das personagens a fim de analisarmos as estruturas e capitais das alocações do eu lírico masculino.

Palavras-Chave: gênero; práticas relacionais; capital social; capital simbólico; crise das masculinidades.

Introdução

Assexual, transgênero, intersexual, cisgênero, homossexualidade, bissexual, Crossdresser, transsexualidade, machismo, homofobia, sexismo, transfobia, e muitas outras palavras passaram a fazer parte de nosso léxico frente à crescente politização dos discursos sobre gênero e sexualidade.

O reconhecimento do corpo como construção em permanente ação performática¹ desafiou a feminilidade e a masculinidade do destino biológico. Novos olhares sobre os diferentes processos constitutivos das subjetividades e de seus contextos ampliaram as possibilidades de interpretação do masculino e do feminino nos diversos campos sobre os quais se tencionam, se produzem e se reproduzem.

Nesta perspectiva os estudos sobre os homens e as masculinidades têm sido repensados sobre distintas ópticas como inscrições, reproduções, identidades, construção, institucionalização etc.. Onde os espaços sociais que estruturam o funcionamento e distribuição dos capitais simbólicos impostos aos corpos e seus mecanismos de promoção e trocas aparecem como chave interpretativa das Masculinidades.

As sobreposições entre novas concepções de gêneros Vs *habitus* patriarcalizados aprovisionam pistas da persistência da “Saudosa Amélia” na imagética popular e da crise gerada com o surgimento paulatino das “mulheres ‘modernas’”, uma vez que, as “representações de gêneros” aparecem como “campo” estruturante do espaço social e das relações entre agentes².

Estas práticas relacionais geram púberes ideais agenciais que tencionam a normatividade levando a desestruturação do capital cultural heteronormativo. Porém, quando novas ideias e agentes tencionam a normatividade da estrutura vigente buscando subverter sua posição dentro do campo, o dominante, ao defender sua posição, tenta excluir a concorrência não legitimando o novo.

1 Conforme Butler, *a performatividade “não é um ‘ato’ singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição”*. (BUTLER, 2002, p.34)

2 Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível. (BOURDIEU. 1989, p.134).

Todos os dias participamos ativa ou passivamente desse processo de “*mudernização*” dos papéis de gênero, não ficando imunes a estas transformações e à desestabilização trazida por estes conflitos.

A não fixação identitária gera crises e complicitades ao campo relacional apresentando-se como importante área de pesquisa, uma vez que os novos ideários relacionais esbarram em *habitus* ainda enrijecidos no homem forte e provedor e da mulher recatada e do lar.

Robert Connell tem aparecido como um dos mais importantes teóricos na área de estudos sobre a crise das masculinidades, ao apontar as estruturas e os efeitos das práticas relacionais de gênero nas experiências físicas, pessoais e culturais. Para ele, devemos levar em consideração a “configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (CONNELL, 1995, p. 188).

O objetivo deste estudo é propiciar apontamentos sobre a crise da masculinidade em relacionamentos heterossexuais explicitadas em duas canções: “*Ai, que saudades da Amélia*”, grande sucesso do cantor e compositor mineiro Atilaf Alves, e do carioca Mário Lago - advogado, poeta, radialista, compositor e ator; e a música “*Mulheres Modernas*” do nordestino – nascido no interior do Ceará-Marcondes Falcão Maia, mais conhecido pela personagem caricaturada Falcão.

Elegemos a arte como forma de interpretação do capital simbólico e das estruturas relacionais de gênero por compreendermos que expressões artísticas populares possuem a capacidade de expressar mais fielmente as “entrelinhas” do cotidiano e da experiência humana abrangendo não só sua objetividade como também as subjetividades, ou seja, a linguagem cotidiana, diária e profana recordada na letra, melodia e na atividade imaginativa da metáfora musical configurando-se como possibilidade discursiva sobre o “ser homem” ou “ser mulher” dentro de contextos específicos.

1. A CRISE DAS MASCULINIDADES

As alocações firmadas sobre a diferença corporal serviram durante milênios para justificar os distintos espaços e papéis sociais³ a que estes corpos estão

3 “padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...] através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é ser considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas” (LOURO, 1997, p. 24).

fadados. As instituições religiosas, educacionais, políticas e familiares, ou seja, as instâncias distribuidoras do poder, trataram de formular fronteiras limítrofes para as práticas sociais a serem executadas por seus entes. Nesta perspectiva há espaços predeterminados para os destinos biológicos, de classes e físicos - lugar para a criança, a mulher, o homem, o deficiente, o rico, o pobre, o negro, o indígena, a casta, entre outros.

Nos últimos séculos diversos movimentos tencionam estas raias ao questionarem os lugares impostos pela classe dominante patrifocal, branca e abastada, que ditam espaços, comportamentos, vestimentas ou a linguagem, a serem assumidas por suas congregações. As releituras de como se dão as estruturas catalogais de nossas experiências físicas, pessoais e relacionais, surgem como possibilidade de subversão ordinal.

Há de se considerar que tais tensões – sobreposições entre ideário de equidade e *habitus* patrifocal - criam novos significados ao simbolismo identitário heteronormatizado do homem viril e da mulher frágil. O não-lugar – espaço específico para cada ente social – amplia horizontes ao mesmo tempo em que desfilia o homem de sua suposta “masculinidade” hegemônica⁴, gerando a crise dos masculinos.

Para entendermos como se dá tal crise é importante considerarmos a relação entre estrutura e agente. A estrutura ou campo (neste caso: representações de gêneros) sustentam a imagética do homem provedor e da mulher do lar (Amélia), para tal finalidade o capital simbólico adquirido dita comportamentos e escolona seus agentes, deste modo, seus procedimentos poderão ser assumidos como legítimo ou ilegítimo dentro de determinada estrutura. Para Bourdieu (1992) o foco não são os indivíduos, mas a constituição do campo, em outras palavras, os agentes e as posições que estes assumirão em um determinado campo ao possuírem determinadas capitais.

As mudanças do campo causadas pelas tensões e subversões do “capital simbólico” desequilibram os sistemas de manutenção do *habitus* patrifocalizado trazendo instabilidade escalonal gerando crise ao masculino heteronormatizado. Em outras palavras, as “novas” relações de gêneros e a desestabilização

4 “configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. A hegemonia será estabelecida somente se existir correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. A hegemonia é vista como historicamente mutável” (CONNELL apud GARCIA. 1998, p. 46).

do local hegemônico do masculino gera o não-lugar – não fixação estamental - para seus agentes.

Considerando que grande parcela da população brasileira vive relações heterossexuais e que estas não ficaram imunes à “*mudernização*” dos papéis, a crise da masculinidade também pode ser percebida nos seios destas relações. Neste sentido, o norte dialogal deste artigo propiciará apontamentos das construções imagéticas do sofrimento masculino, frente a relacionamentos com mulheres que não mais cumpririam seus papéis “*amelianos*”.

Inicialmente analisaremos a música “*Ai que saudade da Amélia*” composta em 1941, e que foi alvo de várias críticas feministas que tentaram esmiuçar como o capital simbólico patrifocal perpetua seu legado ao fixar a imagem da mulher submissa e passiva frente à fome e aos mandos do marido - a conhecida “*Amélia*”, dona do lar, sem vaidades, que não faz exigências, ou seja, que simplesmente aceita sua “*sina*” de mulher-, focalizando os queixumes masculinos ante as mudanças relacionais.

Em um segundo momento adentrarmos na canção “*Mulheres Modernas*”, que talvez, por sua ironia alegórica não tenha despertado tanto interesse em nossos estudiosos de gênero, mas que igualmente demonstra a insatisfação masculina perante a uma mulher que “*não sabe ‘aguá’ uma planta*”.

1.1 Saudosa Amélia

*Nunca vi fazer tanta exigência
Nem fazer o que você me faz
Você não sabe o que é consciência
Nem vê que eu sou um pobre rapaz
Você só pensa em luxo e riqueza
Tudo que você vê você quer
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
Aquilo sim é que era mulher
Às vezes passava fome ao meu lado
E achava bonito não ter o que comer
E quando me via contrariado
Dizia: Meu filho, que se há de fazer
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade
Amélia não tinha a menor vaidade
Amélia é que era mulher de verdade*

Para um ementário das tensões do capital simbólico imposto à mulher e como as mudanças relacionais de gênero propiciam a crise da masculinidade vivenciada pelo eu lírico da música, devemos considerar alguns pontos importantes: Seu ritmo, apesar de ser um samba expressa uma extrema melancolia e saudosismo do locutor – homem; há três sujeitos na letra – o homem, sua nova companheira (a “outra”) e Amélia; A vaidade mencionada na música não está relacionada diretamente, ou pelo menos não unicamente, a cuidados com a aparência; é uma relação heterossexual; Não há como saber se a personagem masculina é desquitada ou viúva – já que na época não existia o divórcio. A segunda “esposa” não tem voz nem nome; Amélia não fazia muitas exigências como a atual companheira; O rapaz não possui grande poder aquisitivo. Tendo fixado estes pontos da alegoria musical, outras questões devem ser levadas em consideração a fim de entendermos a estrutura sobre a qual se reproduz e/ou produz o papel de gênero de suas personagens:

1.1.1 Nos tempos de Amélia:

Amélia não é uma personagem fictícia. Ela era uma lavadeira que trabalhava na casa da cantora Aracy de Almeida, amiga de Lago e Ataulfo. Apesar da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, no período da composição da música (1941) os cuidados domésticos e a reprodução – maternidade - eram as principais atribuições a serem cumpridas pelas mulheres. Se Amélia trabalha fora, o faz por necessidade e não por tentar angariar um espaço de equidade com o homem, já que a luta feminista no País estava mais restrita às classes média e alta da sociedade. Para compreender a tentativa de fixação de papéis no período, lembramos o Projeto de Decreto-Lei - “Estatuto de Família” do Ministro Capanema de 1939:

[...] o Estado educará ou fará educar a infância e a juventude para a família. Devem ser os homens educados de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa. (SCHWARTZMAN e outros. 2000, cap. 4, art. 13)

Houve grandes impasses entre igreja, poder legislativos e sindicatos frente ao “Estatuto da Família” no final da década de 30 e início dos 40, demonstrando

como no período o “verniz liberal” estava sendo passado sobre a “madeira tradicionalista” de uma sociedade que almeja o novo, mas que não abria mão das raízes patriarcais.

Apesar da conquista feminina ao voto em 1932, parte da mentalidade social brasileira continuava fiel a padrões arcaicos, especialmente no que diz respeito ao papel social da mulher, ou melhor, a mulher ideal, a Amélia. Que não pode ser totalmente esquecida devido ao capital heteronormativo perpetuado em nossas instituições através do *habitus* pratifocal.

1.1.2 “A outra”⁵:

Ao observarmos a história podemos perceber que nas primeiras décadas do século XX o Brasil já apresentava tensões próprias de um país em processo de industrialização e urbanização. A mídia de massa angariava seu espaço apresentando o consumismo como sinônimo de progresso e modernidade. A preocupação com a educação formal toma nova roupagem e há a intensificação da circulação de distintos ideários ideológicos.

Neste cenário, homens e mulheres dos mais humildes aos mais abastados reconstróem seus olhares sobre seus “papeis de gênero”. Conforme mencionado anteriormente, este processo não traz, por hora, grandes avanços na “madeira” enrijecida do patriarcalismo. Apenas pincela o “verniz liberal”. Porém, é nítido no período o surgimento de mulheres que se negavam a serem a tão sonhada “Amélia” do ideário masculino. Alguns exemplos são as sufragistas, as operárias, o crescente número de mulheres com ensino superior, entre outras.

Há de se considerar, no entanto “a outra”, aquela que permanecia em meio à transição, que almejava a liberdade e as conquistas trazidas pelos novos tempos, mas que ainda não conseguiu livrar-se da dependência financeira do cônjuge – devido as próprias estruturas sociais vigentes em sua época. São as mulheres anônimas, sem rosto, sem voz, que não supriam as expectativas de “seu macho” – ser a dócil “Amélia”-, mas que também ainda não haviam conquistado a “liberdade” almejada pelas “mulheres *mudernas*”.

Existe uma descapitalização desta mulher – a outra – pois a mesma ao subverter o capital simbólico imposto ao gênero feminino – ser submissa e não fazer exigências – é desafixada de seu estamento relacional sendo marginalizada e

5 O termo “a outra” utilizado neste artigo não tem o objetivo de classificar a nova companheira do eu lírico como “amante”. Uma vez que na letra da música não aparece o nome da personagem optamos pelo termo como comparativo entre a Amélia e as mulheres *Mudernas*, ou seja, uma transição, aquelas que não se enquadram em nenhum das duas posições.

criticada pelo eu lírico masculino que percebe a desestruturação de sua hegemonia ante a uma mulher “exigente, vaidosa, sem consciência e luxuriosa”.

1.1.3 O homem:

“*Ai, que saudade da Amélia*” apresenta um homem frente aos impasses entre a tradição e o novo, enfrentando a mudança do capital simbólico de papéis que lhe causam sofrimento, gerando saudosismo dos “bons tempos da Amélia”. As transformações culturais do período modificavam paulatinamente as práticas relacionais de gênero - de um lado a “mulher de verdade” que não possuía vaidades; do outro lado, sua atual companheira, uma mulher que lhe faz exigências acima das condições financeiras do parceiro.

Se ainda, hoje, encontramos homens que se sentem constrangidos quando não conseguem arcar sozinhos com os gastos de uma casa, naquela época -75 anos atrás- isso era uma “questão de honra” para grande parte da população masculina, devido ao modelo de família vigente, pois o papel de um marido era suprir todas as necessidades familiares e do lar, conforme vimos no Projeto-Lei de Capanema que fala sobre a “responsabilidade de chefes de família”.

O longo histórico de submissão feminina à “classe dominante masculina” reproduzia a mulher citada no documento – esposa (*afeiçoadas*), desejosas pela maternidade e esposas (*competentes*). Mas, a crescente sociedade de consumo moldada pelas propagandas de massa, o processo de industrialização, urbanização e o ideário de liberdade feminina propiciaram o surgimento de novas formas de feminilidade menos metrificadas no “papel de gênero”.

Neste contexto é possível vislumbrar a personagem masculina da música como um homem que se encontra entre a ortodoxia patriarcal – hegemônica- e a crise de vivenciar estruturas sociais e culturais menos metrificadas na estratificação dos agentes.

1.2 “MULHERES MODERNAS” - a ironia como forma de protesto masculino:

A segunda música de nossa análise - “*Mulheres Modernas*” - foi lançada em 2014 no álbum “*Sucessão de Sucesso Que se Sucedem Sucessivamente Sem Cessar*” e sua eleição como material foi motivada por entendermos que a ironia e a irreverência presentes no trabalho de muitos cantores nordestinos, possibilita um olhar fotográfico sobre a vida e as mazelas do nosso povo.

As estruturas relacionais de gênero no início da década de 40 apresentadas em “*Ai, que saudade da Amélia*” apontavam para as nascentes tensões entre os papéis de gênero, causadas por mudanças sociais. Mas uma questão nos advém: Passados 73 anos do desabafo do sofrimento masculino perante a ausência da “Amélia”, estará o homem preparado para as “Mulheres Modernas”? Vejamos:

*Essas mulheres ‘mudernas’
Entendem de economia
Bolsa de valores
Auto ‘marketingui’
‘Cibernética’ e filosofia
Falam vários idiomas
Sabem andar de bicicleta
Mandam e desmandam
Executam e deliberam
Mantém a coluna ereta
Mas não sabem ‘fritá’ um ovo
‘Desarmá’ uma ‘ratuera’
‘Lavá’ uma ‘loça’
‘Capá’ um jumento
‘Esquentá’ uma janta
É muito triste <vivê’
Com uma ‘mulé’
que não sabe <aguá’ uma planta
Essas mulheres ‘muderrnas’
Estão tratando o homem pau a pau
Sabem onde fica o ponto G
Conhecem de tudo o porque
Em matéria de ‘etecétera’ e tal
Mas não sabem ‘fritá’ um ovo
‘Desarmá’ uma ‘ratuera’
‘Lavá’ uma ‘loça’
‘Capá’ um jumento
‘Esquentá’ uma janta
É muito triste <vivê’
Com uma ‘mulé’
que não sabe <aguá’ uma planta*

Assim como fizemos com a canção anterior, destrinchemos alguns pressupostos para a interpretação desta faixa: Nas duas primeiras estrofes, as “Mulheres Modernas” são apresentadas como instruídas – *entendem de economia, Bolsa de valores, Auto ‘marketing’, ‘Cibernética’ e filosofia*; são também conquistadoras - *Falam vários idiomas* (seu universo não está mais restrito ao seu lar), *sabem andar de bicicleta* (liberdade), *mandam e desmandam, executam e deliberam e mantêm a coluna ereta* (não se curvam aos mandos masculinos). Curiosamente, apesar de o eu lírico fazer a pronúncia das palavras inglesas Marketing e Cibernética de uma forma “aportuguesada”, o eu lírico masculino aparentemente faz um esforço para estar à altura desta nova mulher em seu conhecimento.

Porém, na terceira estrofe, o homem demonstra seu desapontamento frente ao desvaecer de seu capital simbólico ao perceber que estas “mulheres modernas” não cumprem seus “papéis femininos”, pois não sabem: *‘fritá’ um ovo, ‘Desarmá’ uma ‘ratuera’, ‘Lavá’ uma ‘loça’, ‘Capá’ um jumento, ‘Esquentá’ uma janta*. Ao fazer isto a personagem masculina muda sua estrutura de linguagem e deixa transparecer seu semianalfabetíssimo como que a delatar a mazela masculina do abandono dos estudos em contraste com a erudição feminina. Como em um desabafo o refrão dá continuidade ao relato de desapontamento que se transforma em tristeza: *É muito triste ‘vivê’ com uma ‘mulé’ que não sabe ‘aguá’ uma planta*.

Continuando o espanto com toda esta “*mudernidade* feminina”, na quinta estrofe as mulheres modernas reaparecem como vilãs que subverteram a ordem “natural” (o “*status quo*”), pois *tratam o homem pau a pau; Sabem onde fica o ponto G* (são donas de sua sexualidade); *Conhecem de tudo o porquê; em matéria de ‘etecétera’ e tal* (não se submetem aos homens, pois não importando os desafios, a mulher moderna parece conhecer as respostas). Finalmente para justificar seu sofrimento frente a este conflito, reaparece e grito de socorro no retorno do refrão: *É muito triste ‘vivê’ Com uma ‘mulé’ que não sabe ‘aguá’ uma planta* - como se existisse anteriormente uma facilidade em “ser homem” enquanto a mulher cumpria sua “Amelidade”, ou seja, sabia cuidar da casa (“*aguar uma planta*”).

Frente às inúmeras transformações no cotidiano da vivência humana, podemos apontar que as estruturas do campo social firmadas no tradicional papel feminino e masculino ainda permanecem fortes nas práticas relacionais de gênero no século XXI. E que, apesar do percurso de conquistas constitucionais de diversos setores sociais, a camada cada vez mais grossa de “verniz

liberal” não conseguiu mudar a base – “a madeira” (o capital simbólico⁶) sobre a qual nossas objetividades e subjetividades são construídas e reconstruídas.

Desta forma a arte, e neste caso específico a ironia da metáfora musical, conseguiu romper a barreira de silêncio ao descrever não somente as “mulheres *mudernas*”, mas também este “novo homem” em sua crise de masculinidade frente às mudanças superficiais de nossa concepção de papéis tão firmados em nossa tradição patriarcal.

É importante reconhecermos que os discursos sejam eles acadêmicos, artísticos, coloquiais, entre outros são estruturados sobre imagéticas cheias de símbolos e significações que expressam uma realidade ou um desejo do locutor, e que consecutivamente proporcionarão ao interlocutor novos significados dependendo da base de significantes que este toma para interpretar ou resignificar a realidade objetiva. Há deste modo de se considerar que as diversas estruturas e balizas relacionais dos processos de socialização propiciarão distintas subjetividades e leituras destas.

Com isto queremos dizer que as estruturas de subjetividades não estão firmadas neste único modelo de interpretação do masculino – hétero - e que sofre frente à mudança no papel da mulher –, mas que a arte pode ser uma porta de entrada para entendermos – ou pelo menos espiarmos – as estruturas reproduzidas e as tensões do campo social e simbólico mantidos por nossas práticas relacionais e a partir daí repensarmos o que Connell chama de “diversas configurações possíveis” de se falar em “masculinidades” (CONNELL. 1995, p. 188).

Para este tipo de hermenêutica poderíamos ter selecionado músicas como: “Masculino e Feminino” (Pepeu Gomes), “Barbara” (Chico Buarque – Ana seduz Bárbara), Geni e o Zepelim (Chico Buarque – onde Geni é uma travesti), “A Nível De ...”(João Bosco e Adair Blanc – troca de casais), “Calúnias” (Ney Matogrosso – Telma eu não sou gay), “Homens e Mulheres” (Ana Carolina - Bissexualidade), entre tantas outras que a imagética permita desnudar as diversas subjetividades possíveis. Porém, nestas duas canções brevemente analisadas podemos

6 Bens simbólicos que legitimam o escalonamento – estamento – a ser ocupado por seus agentes: mulheres dóceis e do lar e o homens fortes e provedores. Justificados no *habitus* heteronormativo de hegemonia masculina. Tais fatores aparecem como capitais em disputa, uma vez que legitimam o próprio jogo. Nos jogos sociais a *illusio* possibilita a cumplicidade subjetiva ao *status quo* e a objetividade do jogo. Para Bourdieu este jogo se dá de uma forma encantada, nas palavras do autor: “[...] são jogos que se fazem esquecer como jogo e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 138).

observar a crise identitária deste “homem *muderno*” – hétero - que tem de articular as conquistas feministas com valores enrijecidos no *habitus* ortodoxo normatizado por um capital social que persiste na subjetividade relacional.

Considerações finais:

As mudanças políticas, jurídicas, tecnológicas e científicas da atualidade possibilitaram novas formas performáticas e relacionais de vivenciarmos nossa humanidade. Neste grande labirinto de paredes que se movem aleatoriamente tudo é político: o corpo, o sexo, o pessoal, o privado etc.. Não que em outras épocas não o fossem, mas as especializações nos particularidades têm ampliado os impasses e possibilidades de interpretação do ser humano.

Como uma das formas de releitura das aparentes mudanças dentro do campo familiar e suas práticas relacionais, a imagética alegórica propicia o mergulho na objetividade – divisão espacial e social para os agentes – e na subjetividade – expressa na linguagem do que sofre a crise gerada pela desestabilização de seu capital.

As teorias e experimentos nunca foram capazes de parafrasear definitivamente o humano. Porém a arte surge como possibilidade – mesmo aquelas consideradas “baixa cultura” – de capturar a experiência em suas mais diversas dimensões e possibilidades. Algumas destas obras assustam, causam repulsa, comovem, chocam, fazem desejar, calar e até mesmo sorrir.

Deste modo, a hermenêutica artística apresenta-se frutífera para análise das estruturas e efeitos das práticas relacionais de gênero nas suas experiências físicas, pessoais e culturais. Mesmo que suas personagens por vezes sejam seres fictícios possuem muito a dizer dos arcaísmos sobre as quais as ações performáticas das masculinidades e feminilidades se produzem e reproduzem historicamente.

As mais de sete décadas que separam as duas personagens não apagaram da imagética popular o espaço e os papéis a serem desenvolvidos socialmente por seus agentes. Em outras palavras, o verniz liberal com nuances de modernidade, não apagou da subjetividade masculina seu tão sonhado capital - a “Amélia, mulher de verdade”.

Parece-nos que a “Amelidade” continuará por tempo a ser “*Sucessão de Sucesso Que se Sucodem Sucessivamente Sem Cessar*”, pois o capital heteronormativo que impõe as maneiras de ser, pensar e agir nas relações de gênero

permanecem enrijecidas na “madeira” ortodoxa do “homem provedor” e da “mulher do lar”.

A (semi)*mudernização* – sobreposição entre o *habitus* patrifocal e as novas relações de gênero - tem desequilibrado a balança do capital simbólico da hegemonia masculina gerando não somente a crise do masculino como também o não-lugar perante a instabilidade de papéis imposta pela “*mudernização*” das relações e das estruturas que as escalonam.

O confronto entre as estruturas ortodoxas somadas às novas práticas relacionais heterodoxas tem produzido a crise dos masculinos ao tencionar o campo social firmado no capital simbólico da “Amélia” – submissa e passiva frente à fome e aos mandos do marido (“*afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa*”) - e subvertido pelas “mulheres *Mudernas*” - que *tratam o homem pau a pau; Sabem onde fica o ponto G; Conhecem de tudo o porquê; em matéria de ‘etecétera’ e tal.* Este não-lugar desafia o capital simbólico desestruturando os “tradicionalistas” papéis de gênero.

As crescentes mudanças nos “paradigmas sociais” estão longe de atingir seus intuitos, pois a simples pincelada do “verniz liberal” não transforma a base “patrifocal” sobre as quais se reproduzem os pré-conceitos e preconceitos sobre os papéis sociais e o escalonamento de seus agentes.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. Trad. de Sergio Miceli et al. São Paulo. Editora Perspectiva, 1992.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

_____. **Razões Práticas**. São Paulo: Papyrus, 1996.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CONNELL, Robert W. (1995b). **Políticas da Masculinidade**. Educação & Realidade, 20 (2), pp. 185-206. [Também publicado em Connell, 1995a, capítulo 9].

GARCIA, Sandra Maria. **Conhecer os Homens a Partir do Gênero e para além do Gênero**. In Arilha, Margareth; Ridenti, Unbehaum, Sandra G., e Medrado, Benedito (orgs.). *Homens e Masculinidades: outras Palavras*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

LAGO, Mario; ALVES, Ataulfo. Música: **Ai que saudade da Amélia**. 1941. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ataulfo-alves/165620/> > Acesso em 27 de março de 2016.

MAIA, *Marcondes Falcão*. Música: **Mulheres Modernas**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/falcao/mulheres-modernas/>> Acesso em 27 de março de 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Igreja e o Estado Novo**: O Estatuto da Família. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, vol. 37, maio, 1980. Disponível em:< <http://www.schwartzman.org.br/simon/estatuto.htm>>Acesso em: 10 abr. 2016.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E GRUPOS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Jacqueline Mary Soares de Oliveira
Universidade Salvador – Unifacs
jacqueline.soares@ig.com.br

Márcia Santana Tavares
Universidade Federal da Bahia – UFBA.
marciatavares1@gmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar o contexto dos grupos reflexivos de homens autores de violência, tomando como ponto de partida uma abordagem sobre o sentido da masculinidade e como a dita masculinidade hegemônica interfere nas elaborações subjetivas dos homens interferindo no contexto relacional dos mesmos. Neste interim seguimos apresentando uma abordagem sobre por quanto andam os grupos reflexivos para homens no Brasil, instrumento apontado na Lei Maria da Penha como necessário para o trato da violência doméstica contra a mulher. A pesquisa tem cunho bibliográfico utilizando principalmente do Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para apresentar a situação dos principais grupos existentes no Brasil.

Palavras-chave: Masculinidade; Violência; Hegemônica; Grupos Reflexivos.

Introdução

A modernidade surge sob o signo da masculinidade, “traduzida no culto da razão, da imparcialidade e da universalidade”. (PASSOS, 1999, p. 160). O contributo da concepção moderna perpassa pelo crivo da razão que inseriu na sociedade um sentido dicotomizado do humano. As referências pautadas na imparcialidade confere aos homens o lugar de supremacia e as referências sociais vislumbram a sociedade como um conjunto único e homogêneo, não permitindo acesso aos “diferentes” daqueles que se instalaram como modelo universal. Esses outros diferentes direcionavam para o diálogo com a emotividade e os sentimentos, aspecto atribuídos milenarmente às mulheres, que eram consideradas como inferiores e, portanto fora do contexto de sociabilidade.

O estudo tem como perspectiva apresentar a concepção de masculinidade hegemônica, entendendo que esta contribui para a perpetuação dos modelos de macho e conseqüentemente das relações entre homens e mulheres pautadas em violência, em sua maioria perpetradas pelos homens contra as mulheres.

Neste sentido cabe apontar para a importância da abordagem, já que o instrumental da Lei Maria da Penha (11.340/2006) oferece a possibilidade de trabalho com grupos de reeducação para homens autores de violência, sendo necessário então compreender os interdícios da masculinidade e seus desdobramentos na esfera social e relacional.

O estudo se pautou em pesquisas bibliográficas tendo em vista o escasso arsenal prático das atividades dos grupos no Brasil. Sendo então referendado sobre os grupos reflexivos de homens autores de violência por textos de experiências de grupos da América Latina e Portugal.

Revisitando os caminhos do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher

Ao iniciar a discussão proposta nesta investigação, cabe apontar para o contexto pelo qual vem passando a sociedade brasileira no que se refere às diversas formas de violência contra a mulher e à efetivação de políticas específicas para combate e repressão. Percebe-se que avançamos, mas temos ainda muito que caminhar no que concerne ao combate a todas as formas de violência contra a mulher.

Compreendendo que a própria noção de violência é constituída culturalmente, Grossi, 1994 (apud SARDENBERG; TAVARES; GOMES, 2012) apontam

que, “tanto violência quanto gênero são categorias historicamente construídas, [...] a percepção social da violência não é única nem universal”. Portanto, para falar de violência contra a mulher é necessário pensar as formas como essa categoria se constitui para cada indivíduo social que reproduz, de forma natural, esse ato. A proposta que fomento para reflexão é o entendimento da violência doméstica como um processo relacional, tendo em vista que se trata de uma conjuntura em que perpassam relações de poder e, para existir um dominado, é necessário haver um dominador.

Os estudos acerca da violência doméstica iniciam, sobretudo, a partir da década de 1990, sendo subsidiários de um movimento de âmbito internacional em busca da garantia dos direitos das mulheres, provocado por mudanças crescentes na sociedade, emergindo como ferramenta estratégica privilegiada para o debate e para a constituição de políticas públicas que contemplem as reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres acerca da temática. Tais estudos têm seu aprofundamento teórico a partir da perspectiva das relações de gênero, estabelecidas pela distribuição desigual nas relações de poder, especificamente entre homens e mulheres.

Há algumas décadas, a sociedade brasileira vem discutindo as formas de enfrentamento da violência contra a mulher e, a partir dos movimentos feministas e das suas reflexões acerca do tema, emerge a necessidade de repensar alguns paradigmas sobre o papel da mulher na sociedade, o exercício da sexualidade e as relações afetivas, a inserção no mercado de trabalho e sua participação nos espaços políticos e de poder. No bojo do debate sobre a situação da mulher na sociedade, a questão da violência doméstica e familiar é um ponto importante e que demanda muita discussão e compromisso político dos representantes do Estado na perspectiva de sanar essa ferida que teima em se manter aberta.

É evidente que o problema da violência contra a mulher é fruto de uma sociedade extremamente desigual, no que diz respeito às relações de gênero, sociedade na qual a maioria das pessoas, tanto homens quanto mulheres, sustentam conceitos e atitudes machistas, que ratificam as representações sociais de subordinação e fragilidade da mulher como verdadeiras e unívocas. Uma questão histórica a ser revertida.

A Fundação Perseu Abramo¹ aponta dados, segundo os quais, no mundo, uma a cada quatro mulheres são vítimas de violência. Os casos de violência

1 Para maiores informações acerca de dados sobre violência doméstica ver: Fundação Perseu Abramo: Pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado 2010, Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/cap5.pdf>>.

doméstica contra a mulher tem sido alarmantes, tornando-se, então, problema de saúde pública, aumentando os custos na saúde e na economia, considerando que muitas mulheres deixam de exercer atividades laborais por conta da violência. No Brasil, de acordo com uma projeção estatística realizada pela Fundação Perseu Abramo (2001), uma mulher é agredida a cada quinze segundos. Cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara, espontaneamente, ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem; 16% relatam casos de violência física, 2% citam alguma violência psíquica e 1% lembra do assédio sexual.

É importante salientar como tivemos várias conquistas substanciais no âmbito dos direitos para as mulheres, desde o direito ao voto à efetivação de uma política que atenda às demandas específicas das mulheres. Nesse sentido, faremos uma análise desse caminhar até o debate sobre as interseccionalidades e intersetorialidade, ainda incipientes na efetivação de tais políticas, iniciando por uma breve trajetória desde a mobilização das mulheres à configuração de um movimento feminista com pleitos políticos em prol da equidade de gênero.

As legislações que contemplam as mulheres como sujeitos sociopolíticos são recentes, datam do século XX, dentre elas podemos apontar a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos à Mulher, que foi assinada na 9ª Conferência Internacional Americana da Organização dos Estados Americanos (OEA), que ocorreu em Bogotá, em maio de 1948. Essa convenção delibera que não deverá ser negado o direito ao voto e à eleição para cargo nacional ou restringi-lo por motivo de sexo. Antes disso, em Genebra, no ano de 1921, protocolava-se a Emenda da Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e, em 1933, a Convenção Internacional para a Repressão de Tráfico de Mulheres Maiores.

Nota-se, no entanto, que no conjunto de normas existentes, destacam-se os acordos internacionais. O Brasil, influenciado pelas mudanças ocorridas no quadro sociopolítico europeu e americano, enquadra-se paulatinamente no debate acerca dos direitos das mulheres. Contudo, o olhar voltado para as demandas específicas das mulheres não se deu isoladamente. Teve início, nas primeiras décadas do século XX, um processo intenso de lutas operárias, devido à massificação do trabalhador, decorrente do acelerado processo de industrialização.

Mulheres são deslocadas para os espaços operários, sujeitas a exaustivas jornadas de trabalho, além da dupla jornada, quando forçadas, socialmente, a assumirem o cuidado com os filhos e a casa. Saffioti (2013, p. 145) aponta que “a realização de uma carreira está condicionada, de um lado, à compensação

financeira que ela oferece e, de outro, à sua compatibilidade com as tarefas que cabem à mulher na família de procriação”. Ainda conforme a autora, por conta das necessidades emergentes no seio das famílias, o trabalho da mulher torna-se transitório, levando à sua “baixa capacidade reivindicatória”, por conta também da “natureza suplementar atribuída aos rendimentos que obtém do trabalho” (SAFFIOTI, 2013). Contudo, em meio às demandas do proletariado por conquistas dos direitos trabalhistas, as mulheres estiveram presentes, reivindicando suas principais necessidades, foram, enfim, participes nas greves e comícios.

É nesse panorama que se agregam novas demandas das mulheres: por creche, à livre expressão, redução de jornada de trabalho, direito a votar e ser votada, este último capitaneado por mulheres da elite brasileira. Nas décadas seguintes, o movimento de mulheres se direciona para o combate à carestia (interrompido pelo regime ditatorial) e outras demandas relacionadas a assuntos do dia a dia, que dificultavam seus afazeres domésticos. Como apontam Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (1994, p. 57) “[...] a história está repleta de exemplos em que as mulheres têm se mobilizado e se organizado, inclusive para lutar por questões muitas vezes específicas à sua condição de mulheres”. Conforme as autoras, ainda assim, mantinha-se um distanciamento do debate acerca da sua condição na sociedade.

É por volta da década de 1970 que o movimento de mulheres toma novo fôlego, revigorado pelo melhor acesso destas à educação, devido ao crescimento e ao avanço tecnológico e aos meios de comunicação e informação, que deram impulso à luta das mulheres para garantia dos seus direitos. Nesse escopo, emerge um movimento feminista identificado politicamente com as principais demandas das mulheres, a fim de denunciar a opressão constituída pela lógica patriarcal das relações perpetradas do espaço privado ao público.

Assim como emerge nas instituições públicas, também se estabelece no contexto relacional, capaz de naturalizar a subordinação das mulheres aos homens, reproduzindo-se, inclusive, nas práticas discursivas como ler, pensar, escrever, falar e mesmo silenciar. Estabelece-se, desta forma, um “poder socialmente legitimado” (SAFFIOTI, 1994, p. 152).

É ainda na década de 1970 que a violência contra a mulher ganha visibilidade, já que as políticas que surgem na década seguinte são respostas do Estado às reivindicações do movimento feminista e de mulheres.

Sardenberg, Tavares e Gomes (2012, p. 3) apontam que,
O movimento feminista não só tornou visível essa impunidade, saindo às ruas e vindo à público para manifestar o seu protesto, como

também tem contribuindo sobremaneira para o alargamento do conceito de violência contra a mulher, situando-a no contexto mais amplo da violência de gênero e mostrando que esta se manifesta de diferentes formas, incluindo-se aí as agressões verbais, psicológicas, emocionais e simbólicas, além das agressões físicas com ou sem lesões corporais sofridas por mulheres (e crianças) no cotidiano doméstico, no mundo do trabalho ou no espaço público em geral.

Já na década de 1980, apesar da redução das práticas autônomas dos movimentos, algumas integrantes passam a agregar grupos partidários, adentrando espaços políticos, como os partidos, as associações, os sindicatos e os conselhos de direitos, contribuindo de forma incisiva para institucionalização das demandas das mulheres, dada a articulação política do movimento dentro dos espaços de poder.

Anterior ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), foram criados, por mulheres integrantes do movimento feminista, entre os anos de 1980 e 1981, espaços de convivência, grupos de reflexão, ou seja, os SOS's, onde eram realizadas discussões e reflexões acerca da temática, com mulheres que sofreram violência e também com familiares de pessoas que não tiveram a oportunidade de contar suas histórias, tendo suas vidas ceifadas pela violência. Segundo Almeida, 1998 (apud AQUINO, 1999, p. 101) esses serviços “[...] representaram a primeira forma de prestação de serviços jurídicos, de abrigo e de práticas de conscientização junto às (mulheres) sobreviventes de violência” e, eram mantidos pelas próprias feministas.

Já o ano de 1985, figura como o ponto referencial para o combate à violência contra a mulher no Brasil, a partir da criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em São Paulo, instrumento que seria o “divisor de águas” para muitas mulheres que não encontravam no aparato Estatal o apoio necessário para o desvencilhamento de uma vida constituída por violência, principalmente no contexto familiar. Esse é o momento de reconhecimento por parte do Estado da violência contra a mulher como um problema de cunho social. No mesmo ano, cria-se o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que contribuiu de forma decisiva durante a Assembleia Nacional Constituinte². Com sua

2 No dia 15 de novembro de 1986, realizou-se eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, sendo instalada em 1º de fevereiro de 1987, cuja função seria a de elaborar e aprovar o novo texto constitucional, que se deu 20 meses depois, materializada na atual Constituição Federal (Constituição Cidadã). Participaram da escolha dos constituintes mais de 69 milhões de eleitores.

atuação nesse momento histórico, fomentou a mobilização dos movimentos de mulheres junto aos constituintes e, inclusive, assessorou os parlamentares nas matérias voltadas aos direitos das mulheres.

Das articulações realizadas pelo CNDM, salienta-se a “Carta das Mulheres”, que foi o documento elaborado pelos movimentos de mulheres e feministas com as principais demandas das mulheres, entregue aos constituintes. Vale salientar que grande parte das reivindicações foi incorporada ao texto da Constituição Federal de 1988, marco histórico na sociedade brasileira para a garantia da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O reconhecimento da desigualdade das mulheres nos diversos campos do direito, principalmente no que concerne à violência contra a mulher como questão de interesse público, é apontado, inclusive nos marcos legais, como na Constituição Federal, art. 226º, § 8º, que “estabelece a obrigatoriedade do Estado de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito familiar”. Afora isto, contempla a importância das convenções e acordos internacionais no art. 5º, § 2º que: “Confere status constitucional aos Tratados e Convenções Internacionais subscritos pelo governo brasileiro, incluindo os relativos aos direitos humanos das mulheres”. No entanto, entendemos que é eminentemente tardia a discussão e reconhecimento da violência contra a mulher como um campo de política pública, haja vista se tratar de campo fértil de práticas milenarmente constituídas na sociedade.

É entre as décadas de 80 e 90, do século XX, que as principais reivindicações das mulheres são atendidas, por conta da organização política dos movimentos, das organizações da sociedade civil organizada, e principalmente, da contribuição política das Conferências, em especial a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim (1995). Nesse período, o Brasil adere a importantes acordos internacionais, em especial, à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1994) e à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1996).

No caminho inverso, em 1995, o Estado sanciona a Lei 9.099/95, implantando os Juizados Especiais Criminais (JECRINS), com procedimentos criminais diferenciados no ordenamento jurídico, buscando, sempre que possível, a conciliação, com aplicação de penas não privativas de liberdade – aplicáveis a crimes ditos de menor potencial ofensivo. Ora, o Estado, em seu ordenamento jurídico, passa a considerar a violência doméstica como crime de menor potencial ofensivo.

Opõe-se à concepção dos organismos internacionais e dos próprios movimentos de mulheres e feministas, que consideram a violência contra a mulher uma violação dos direitos humanos, ou seja, um crime de potencial gravidade. A referida lei, além do estímulo ao processo de conciliação entre as partes, aplicação de pena não superior a dois anos, considera o réu sempre como primário e veta sua identificação criminal.

Para as mulheres, esses procedimentos significavam um retrocesso, desestimulando, muitas vezes, a denúncia do crime de violência doméstica. Tal ordenamento, no entanto, mantinha o Brasil numa situação de não observância às recomendações da Convenção de Belém do Pará³, na medida em que o país continuava omissivo no que se refere à atenção e à criminalização dos crimes praticados contra as mulheres, especialmente no âmbito familiar.

As legislações voltadas para o direito das mulheres, desde então, começam a fazer parte da agenda política brasileira. Nos anos 2000 a 2006, uma nova dimensão é dada às questões das mulheres, do ponto de vista institucional. Neste sentido, apresentaremos essa trajetória a partir da construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, produto da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em julho de 2004, capitaneada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), criada em março de 2003.

Tal secretaria emerge com a proposta de promover políticas públicas que contemplem como meta a promoção da igualdade entre mulheres e homens. É importante pontuar que completamos uma década desde a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e que a construção de um plano nacional de ação, para garantir uma série de demandas emergentes, teve a participação de um grande número de mulheres, reunida em diversos encontros e conferências no âmbito municipal, estadual e nacional. Portanto, pensar em política pública requer, antes de tudo, ouvir os seus principais sujeitos da ação, no caso, as mulheres.

3 As principais recomendações da Convenção para o Estado Brasileiro são: 1. Agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher; incorporar na sua legislação interna normas penais, civis, administrativas e de outra natureza, que sejam necessárias para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, bem como adotar as medidas administrativas adequadas que forem aplicáveis. 2. Tomar todas as medidas adequadas, inclusive legislativas, para modificar ou abolir leis e regulamentos vigentes ou modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher. 3. Estabelecer procedimentos jurídicos justos e eficazes para a mulher sujeitada à violência, inclusive, entre outras, medidas de proteção, juízo oportuno e efetivo acesso a tais processos.

O Plano Nacional (2005, p. 7), em sua primeira versão, apresenta alguns pontos, dentre outros, fundamentais de ação:

Equidade – a todas as pessoas deve ser garantida a igualdade de oportunidades, observando-se os direitos universais e as questões específicas das mulheres;

Laicidade do Estado – as políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser formuladas e implementadas independentemente de princípios religiosos, de forma a assegurar os direitos consagrados na Constituição Federal e nos instrumentos e acordos internacionais assinados pelo Brasil;

Universalidade das políticas – as políticas públicas devem garantir, em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres.

O plano expõe uma preocupação com a forma de implementação das políticas para as mulheres. A necessidade de empoderamento⁴ destas não reside apenas na criação de serviços de atenção às vítimas de violência e de outras ações pontuais, como campanhas e capacitações de um corpo técnico flutuante e instável. O Estado, tomando o governo como seu agente transformador, tenta refletir no plano sua preocupação com a articulação das ações, com o intuito de garantir a transversalização⁵ da perspectiva de gênero. Reportamos a Sardenberg (2011, p. 56) para entender a lógica dessa estratégia:

[...] Acreditamos que para obter sucesso na conquista da equidade de gênero, é necessário desenvolver iniciativas nas duas direções, ou seja, tanto no que refere à ‘incorporação sistemática’ da perspectiva de gênero ‘em todos os componentes de uma estrutura’,

4 Para Ana Alice Costa (s/d), no texto “Gênero, poder e empoderamento das mulheres”, empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir.

5 O conceito de transversalização do gênero (*mainstreaming*) mais conhecido é o utilizado pelo Conselho Europeu (Direitos Humanos) que pode ser entendido como a forma “[...] a (re)organização, a melhoria, o desenvolvimento e a avaliação dos processos políticos, de modo que uma perspectiva de igualdade de gênero seja incorporada a todas as políticas em todos os níveis e em todas as etapas, por todos os que têm poder de decisão”. (LABRECQUE, 2010, p. 901)

quanto no sentido de se assegurar que essa perspectiva ‘se incorpore à matriz estrutural, ao coração de uma ação política’. Trata-se, portanto, não de estratégias diferentes, mas sim de níveis e âmbitos distintos de abordagem.

A transversalização de gênero surge como ponto de pauta nos encontros de mulheres e feministas que “promoveram múltiplos debates acerca de como uma política mundial de promoção de igualdade e de oportunidade das mulheres poderia se efetivar, [...] assegurando a implementação das reivindicações das mulheres de forma mais eficaz nas políticas, ações e programas governamentais”. (BANDEIRA, 2005, p. 9).

Ainda de acordo com Lourdes Bandeira (2005, p. 10),

No contexto mundial, a política de promoção das mulheres via a ‘transversalidade de gênero’ significou aos governos não unicamente a incorporação dessa perspectiva em um ministério ou secretaria específica de atuação na área da mulher, senão que seu impacto vinculante deve ser assimilado por todas as políticas públicas propostas pelo Estado e desenvolvidas em cada área governamental, considerando as especificidades das mulheres e dos homens.

O compromisso com a mudança de paradigmas patriarcais que reforçam a supremacia dos homens sobre as mulheres, em todos os âmbitos sociais, deve permear as ações do próprio governo e seus agentes, entendendo que são esses, paradoxalmente que, muitas vezes, ratificam a subordinação da mulher na sociedade.

Neste sentido, em 2007, o Estado cria o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, acordo realizado entre o Governo Federal, os governos dos Estados e municípios, visando planejar ações para consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O Plano Nacional 2013-2015 aponta como princípios:

[...] autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres

em todas as fases das políticas públicas; transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (BRASIL, 2013).

Ainda de acordo com o III PNPM, “as políticas orientam as ações do Estado a fim de combater problemas decorrentes de práticas assimétricas historicamente configuradas que inviabilizam o processo de participação social e política democrática e igualitária, de mulheres e homens” (BRASIL, 2013). Assim, parece evidente a intenção de repensar as ações e estratégias políticas na formação de uma sociedade democrática que pensa na igualdade como caminho para a efetivação da cidadania para todos.

São notórias as conquistas dos movimentos feministas no tocante ao combate à violência contra a mulher nas últimas décadas, contribuindo, inclusive, para a publicização desse fenômeno instituído no âmbito familiar e nos aparatos institucionais do Estado.

Diante disto, cabe retomar alguns avanços e retrocessos no combate à violência doméstica. Com a publicização da violência doméstica, o Estado brasileiro têm empreendido esforços para o empoderamento das mulheres e para o aprimoramento de serviços que atendam às diversas demandas das vítimas de violência entre outras ações (mesmo que precariamente), tais como: a inserção da perspectiva de gênero nos programas e projetos nacionais, estaduais e municipais, a capacitação de pessoal técnico responsável pelo atendimento às vítimas, o aumento do número de serviços especializados, a proposta de revisão dos livros didáticos, tanto com relação às questões de gênero como de raça/etnia, o estabelecimento de cotas para mulheres em partidos, entre outras ações direcionadas para a ressignificação das mulheres na sociedade.

Outro avanço considerável foi a implementação da Lei Maria da Penha, que mesmo no conflito inicial, apontada como inconstitucional⁶ por alguns juristas e legisladores - que a entendiam como violadora da igualdade entre homens e mulheres - concretiza-se, tornando-se aparato legal e estratégia de segurança para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, retirando muitas mulheres da condição de vítimas para protagonistas de suas vidas. Cabe apontar também para o fortalecimento de outros serviços tais como as Casas de Acolhimento, os Centros de Referência e a criação das Varas especiais de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

6 A esse respeito, ver, por exemplo Aldirene Vieira de Freitas e Patricia Mendes em: Inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha sob o Prisma da Igualdade Constitucional.

Salienta-se também alguns retrocessos que são constantemente pontuados nos encontros de mulheres e do movimento feminista, tais como: o desmantelamento desses serviços, a falta de mão de obra capacitada no trato da violência, em especial para o atendimento à mulher, a falta de estrutura física e resolutividade por conta do mecanismo burocrático do Estado e, em especial, a falta de celeridade nos processos criminais. O que alimenta a constante sensação de impunidade que insiste em fazer parte do dia a dia da sociedade. Basta verificar o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013, p. 250) no que se refere ao Estado da Bahia:

O Estado da Bahia enviou, em geral, apenas dados parciais, que não cobrem a totalidade de nenhum dos períodos indicados pela CPMIVCM nem traduzem o detalhamento exigido. De fato, o mapeamento da rede de atendimento está incompleto, as informações sobre o Orçamento de 2013 são muito breves e não há detalhamento das dotações orçamentárias destinadas aos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência em 2012, exceto em relação aos Cras. Os dados estatísticos apresentados são, na melhor das hipóteses, parciais e com forte ênfase na Região Metropolitana, havendo alguma informação somente sobre 23 dos 417 municípios baianos. Note-se, de modo geral, que o conjunto de informações não permite um diagnóstico seguro sobre a situação de violência contra a mulher na Bahia, dado seu caráter fragmentário, parcial e, principalmente, não uniforme, o que torna a comparação, entre períodos, regiões ou situações uma empresa temerária.⁷

Antes do resultado dessa comissão mista, o Observatório da Lei Maria da Penha – com núcleo central na Bahia, ao monitorar a aplicabilidade da Lei nas capitais brasileiras, já apontava dificuldades quanto aos instrumentos e à efetividade das ações propostas na Lei. Os resultados da pesquisa, de acordo com Sardenberg, Tavares e Gomes (2011), destacam-se quanto:

7 Ver COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – Relatório Final. Com a finalidade de “investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. Brasília. Junho/2013

[...] à morosidade no atendimento, tanto para efetuar a denúncia como para realização de audiências. Observa-se situações em que, para obter uma simples informação, a pessoa pode ficar mais de duas horas à espera de alguém que a interroge acerca do motivo de sua ida à DEAM. Numa das capitais, identificou-se uma prática deveras preocupante, a exigência de duas testemunhas que atestem a veracidade dos fatos relatados pela mulher, sem a qual o Boletim de Ocorrência não é registrado, além do agendamento para comparecimento das vítimas e das pessoas para testemunharem a seu favor, o que incorre na desistência de algumas mulheres, por falta de testemunha. Em suma, sob os trâmites burocráticos, oculta-se o descaso e a desimportância atribuída pelos operadores da lei à violência perpetrada contra a mulher.

Tais situações não invisibilizaram a importância da Lei Maria da Penha (11.340/2006), pois ela insere uma nova roupagem às vidas das mulheres que sofriam a violência doméstica e familiar. O tripé da intervenção da Lei consiste na punição ao agressor, prevenção à violência e assistência à vítima, articulando, desta forma, serviços que possam coadunar com a garantia de direitos e a valorização do indivíduo como pessoa humana. Nessa perspectiva, os serviços de atenção às mulheres foram se fortalecendo, a exemplo dos Centros de Referências, das DEAMs e das Casas de Acolhimento – que já despertavam em meados dos anos 1980, com o surgimento do SOS Mulher e das próprias DEAMs.

A implementação da Lei Maria da Penha possibilitou alavancar um debate político e social que há muito se encontrava tolhido nas vozes de mulheres que, ou não resistiram à morte, ou morriam cotidianamente durante suas “sofrências” no casamento, nos relacionamentos esporádicos (ou não) e nos desencontros permeados por violências e abusos.

Desde a promulgação da Lei Maria da Penha a violência passa a ser encarado como um crime contra a vida e os direitos humanos das mulheres. Assim, aos autores de violência, não é mais permitido o pagamento de cestas pecuniárias ou apenas a prestação de trabalhos comunitários, penas que minimizavam o caráter ofensivo, criminoso da violência doméstica. A Lei Maria da Penha tipifica e define a violência contra a mulher, possibilita a prisão em flagrante e preventiva do agressor, bem como determina a aplicação de medidas protetivas de urgência, visando uma maior proteção à mulher. Além do caráter punitivo,

também tem caráter preventivo e educativo. Isto decorrente do claro entendimento de que apenas as punições e prisões têm pouca eficácia na mudança de comportamento e no combate à violência no contexto familiar contra mulheres e crianças.

A leitura da lei permite entendê-la a partir de um tripé de atenção: prevenção, punição, assistência e também pensar na inserção do contexto educativo, o que garante um formato tanto na perspectiva de punição aos agressores como um trabalho de prevenção e educação para o empoderamento das mulheres, não perdendo de vista a educação e/ou reeducação para os agressores. Essa perspectiva possibilita uma atuação multidimensional, quando podemos verificar que, no contexto da problemática, estão inseridas não apenas as mulheres em situação de violência, mas também os agressores, os filhos e os demais familiares.

Ao pensar empoderamento é necessário entender a partir da perspectiva coletiva e política. A lógica não é pensar a categoria como proposição individual, a noção deve ter dimensão de coletividade. Esse é o sentido político do conceito. Entendendo que o empoderamento se inicia a partir do sujeito individual para que posteriormente ganhe contornos na coletividade. Sobre a lei é importante assinalar que consiste ainda em uma conquista dos movimentos de mulheres e feministas que apresentaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, referente ao processo da farmacêutica Maria da Penha, relativo ao crime cometido contra a mesma. No ano de 2002, as organizações Advocacy, Cfemea, Cepia, Themis e Cladem reuniram-se (em Consórcio) para elaborar o anteprojeto de lei que visava o combate à violência doméstica. Resultando, em 2006, na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Cabe apontar que o caso de Maria da Penha não se configura como um caso isolado, outras milhares de mulheres, conhecidas e desconhecidas, foram mortas e possibilitaram que suas histórias de dores fossem utilizadas para demonstrar a necessidade de uma ação contundente contra a violência e, em especial, na garantia de direitos para todas as mulheres. A urgência em agregar o peso do crime àqueles que fomentassem a violência doméstica como algo “normal”, que se utilizavam do corpo de “homem” como instrumento para a domesticação das suas companheiras, era evidentemente necessário. O corpo de macho que legitima a autoridade pela força física, pela reprodução simbólica do poder instituído aos músculos e à concepção milenar e simbólica do “poder do falo”.

A consolidação dos direitos das mulheres e a concretude de uma sociedade igualitária perpassam pela desconstrução de noções milenarmente instituídas e a urgência do entendimento de que as relações sociais são constituídas por um arcabouço de peculiaridades passíveis de inflexões, reflexões – instáveis, flexíveis e, portanto, passíveis de serem desconstruídas e/ou transformadas.

Os grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher

Todos os avanços no contexto político não libertaram a mulher da base biológica que a coloca como naturalmente submissa ao poder do homem. Essa base material se reflete inclusive nas representações políticas e nas instâncias de formação e educação, deixando evidente que o questionamento das hierarquias nas relações de gênero, da condição de opressão/subordinação/exploração das mulheres ainda é tema incipiente nesses espaços.

Em respostas as diversas formas de violência doméstica cometidas contra as mulheres, o Estado e as organizações internacionais têm empreendido esforços para o desenvolvimento de recursos jurídicos, sociais e de saúde para apoio às vítimas, como os apresentados no primeiro capítulo desse trabalho: políticas públicas para mulheres, serviços de atenção e leis específicas com intuito de criminalizar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Os debates são fomentados também pelas agências internacionais no sentido de dar visibilidade a tal problema, identificado também como de saúde pública.

Embora exista toda uma estratégia de ação para apoiar as vítimas, ainda são incipientes as ações para lidar com essa problemática, tendo em vista que o ato de violência continua presente na realidade de muitas mulheres.

Segundo informações do relatório da CPMI⁸ (2013, p. 20) “a mais grave forma de violência - o homicídio – aumentou nos últimos 30 anos [...] O número de mortes nesses trinta anos passou de 1.353 para 4.297”. Isso representa em números percentuais um aumento de 217,6%. O relatório ainda aponta para a “inexistência ou ineficácia das políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres” (CPMI, 2013), no Brasil.

8 Ver COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – Relatório Final. Com a finalidade de “investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. Brasília. Junho/2013.

A transformação dessa situação perpassa na reelaboração da lógica das relações sociais no tocante aos sujeitos participantes da trama da violência. Tendo em vista que a violência é relacional, as alternativas de mudanças devem ser trabalhadas entre os sujeitos relacionais. O que se vê na atual conjuntura é uma preocupação com as mulheres, do ponto de vista de oferecimento de serviços especializados, casas de apoio, centros de referência, delegacias especiais, encontros, capacitações, modificações nas legislações, todos necessários. No entanto, o polo oposto e, ao mesmo tempo, principal da violência (o homem), é dada apenas uma punição (quando ocorre), em que pese a falta de celeridade dos processos e a não resolutividade dessa punição.

Nesse contexto, corroboro com a proposta oriunda da própria Lei Maria da Penha quando, nas disposições finais, refere no

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:
I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

É necessário citar como se apresenta a mobilidade dos instrumentos estatais, jurídicos e políticos na construção do ordenamento da sociedade: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios **poderão** criar...” (grifos meus). A criação desses serviços fica condicionada à vontade política ou à necessidade social, induzida pelo movimento de adequação da sociedade, representada pelos movimentos sociais. Portanto, levar o homem a refletir sobre as ditas “coisas de mulheres”, não é prioridade na agenda dos governos estaduais e municipais. Já se passaram quase oito anos da implementação da Lei Maria da Penha e, apenas alguns Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, iniciaram uma proposta com centros de educação e reabilitação para agressores.

De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2013a), são poucos os Estados que contemplam o serviço de reeducação para homens autores de violência, e a própria comissão não expõe a necessidade desse serviço, atribuindo o peso das suas recomendações aos Estados brasileiros.

No debate sobre o sistema de punição para os homens autores de violência doméstica e a concretização dos serviços de reeducação voltados aos homens autores de violência, é imprescindível pontuar Foucault na sua reflexão sobre as prisões.

Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. [...] a prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. (FOUCAULT, 1979, p. 131)

Falar sobre prisões nesse contexto é importante para entender que é necessário o processo de criminalização, dado a partir do aprisionamento desses homens, porém, a prisão, por si só, não resolve a problemática. A prisão, “[...] por muito tempo, profissionaliza a criminalidade. [...] Não se pune, portanto para apagar um crime, mas para transformar um culpado...” (FOUCAULT, 2010, p. 123). A intenção de incluir o homem em atividades socioeducativas tem como objetivo afastá-lo do contexto de violência, fazê-lo repensar as atitudes violentas como formas de resolução de problemas advindos das relações familiares e, principalmente, modificar o padrão sociocultural que orienta suas ações e promove espaço para ressignificar modelos de masculinidades apreendidos nos seus espaços sociais e familiares.

É sabido que o sistema prisional nacional há muito, quiçá nunca, apresentou resultados que viabilizassem o real sentido da ressocialização dos indivíduos que por lá passaram, continua sendo, desde seu início, um sistema falido, na própria acepção da palavra. Portanto, punir sem ressignificar, permitirá que o sujeito ativo da violência sucumba na reincidência, entendendo que não existe transformação sem uma reflexão acerca das posturas, dos modelos instituídos, ou seja, sem consciência crítica. De acordo com o que é apontado no trato da violência doméstica, a prisão, por si só, não é tão eficaz na redução da criminalidade e, portanto, passível de reincidência. Isto posto, é evidente que a prisão deve ser vista como parte de uma multi agências, coordenadas como resposta à violência doméstica

Temos escutado em alguns encontros de mulheres e de feministas o seguinte questionamento: “mas, por que ouvir os homens? Eles sempre foram ouvidos, precisamos dar voz às mulheres...” Falar isso ou pensar dessa forma, é, para meu parco conhecimento político, uma limitação lógica no entendimento de uma sociedade igualitária, sem preconceitos e com direitos iguais. Não se trata de apenas querer ouvir, o que queremos é analisar para modificar, é perceber a forma como se fala, por que falam, com quais intenções e, em especial, descobrir estratégias de ação para modificar os seus discursos e atos machistas, impregnados de violência. Entender como o processo da violência se ressignifica cotidianamente numa “dita” sociedade em processo de emancipação. Os homens continuam violentando e matando mulheres, mesmo com a implementação de uma Lei que pune e criminaliza.

O processo de transformação dos modelos sociais historicamente constituídos deve se dar a partir dos dois polos da ação, homens e mulheres. Para tanto, estes devem ser levados a compreender que suas vidas foram alicerçadas em valores tradicionais ainda baseados no ideário patriarcal. Quanto ao entendimento e percepção crítica da necessidade de mudanças, as mulheres já alçam voos maiores e, por conta disso, o campo fértil de conquistas em termos de políticas públicas e instrumentalidades para sua execução.

Entendendo os grupos para homens autores de violência – marco inicial

Durante a década de 1970, nos Estados Unidos, surgem os primeiros grupos para homens autores de violência. O pioneiro (LIMA; BUCHELE, 2011) foi o Emerge: Counseling e Educations to Stop Domestic Violence, fundado em 1977, pioneiro no envolvimento dos homens em ações dirigidas ao fim da violência nas relações íntimas de afeto. Esse grupo serviu de referência para outros que surgiram posteriormente, inclusive para as estratégias a nível governamental como a “Batterer Intervention: Program Approaches and Criminal Justice Strategies” (Intervenção com Agressores: Abordagens Programa e Estratégias da Justiça Criminal) do Department of Justice Office of Justice Programs de Washington, DC – publicado em fevereiro de 1998.

Os grupos surgem como alternativa complementar na prevenção da violência doméstica contra as mulheres. Entendendo que a responsabilização se dá através de ações que tragam esses agressores ao debate na perspectiva de

uma auto reflexão acerca dos atos de violência, do entendimento sobre as relações de gênero e modelos de masculinidades, dos direitos humanos.

A partir dessa iniciativa piloto, outras iniciativas foram tomadas em países da Europa, América Latina e Brasil.

Existem vários modelos e formatos teóricos/metodológicos utilizados pelos grupos para homens autores de violência doméstica – apresentam-se diferentes abordagens ideológicas de cunho pedagógico, terapêuticos, conciliadores e outros com vertentes religiosas.

Os grupos de homens que operam na região de Washington – DC possuem uma formato que segue normas estaduais disponíveis no programa Batterer intervention: Program approaches and criminal justice strategies. O programa oferece de 12 a 52 semanas de intervenção, em grupos estruturados para 2 horas de encontros por semanas (HEALEY K; SMITH; O’SULLIVAN,1998).

Os grupos oferecem vagas de mediadores para as ex-mulheres agredidas ou para os ex-agressores, no sentido de acompanhar e monitorar a responsabilização dos agressores.

Buscando referências para identificar os grupos que atuam na América Latina, encontrei uma pesquisa⁹ que relata algumas experiências inclusive na Europa, especialmente em Portugal. Tomando como referência esse estudo, podemos fazer uma comparação como esses serviços na América Latina e Europa trabalham com grupos de até dois anos com intervenções educativas e terapêuticas. Segundo (BEIRAS et al., s/d) em Portugal ocorreu também as intervenções individuais.

Sobre as intervenções com homens (BEIRAS et al, s/d) informa que,

É importante destacar que em Portugal, desde o I Plano Nacional contra a Violência Doméstica, criado em 1999, já há uma preocupação quanto à integração social dos autores de violência, na medida em que se considerava a possibilidade destes (re)aprenderem comportamentos destituídos de violência. Esta preocupação continua tendo espaço na realidade nacional, se confirmando com o IV Plano Nacional anteriormente mencionado, que enfatiza ‘a intervenção junto de agressores, com o objectivo de proteger as vítimas actuais e/ou prevenir a vitimação em futuras relações, é

9 Pesquisa intitulada: “Estreitando o diálogo entre América Latina e Portugal: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência contra mulheres”

hoje definida como uma prioridade a nível europeu', como uma de suas áreas estratégicas de intervenção.

A situação de Portugal conforme pesquisa realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) mostra que as políticas públicas de combate à violência “se encontram bem estruturadas para prevenir e intervir junto aos sujeitos que cometem a violência”. Assim como entende que “é insuficiente trabalhar apenas com as vítimas; a intervenção junto de agressores contribui para a alteração dos estereótipos e das crenças socialmente enraizados.” (UFSC, 2011).

Já no Brasil, em 1994, o Instituto NOOS¹⁰ de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, sediado na cidade do Rio de Janeiro, inicia suas ações voltadas para a prevenção e a interrupção da violência intrafamiliar e de gênero. Cabe apontar que esse não era o objetivo inicial de suas ações, o contexto da violência passa a se integrar nas ações a partir do momento que iniciam os atendimentos dos grupos terapêuticos e as ocorrências de violência começam a surgir nos relatos dos grupos. As atividades do Instituto NOOS estão paralisadas desde 2009, por falta de repasse financeiro federal (OLIVEIRA, 2012 p. 49).

Segundo Oliveira (2012), em setembro de 2008, foi inaugurado o Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero/SERH, fruto da parceria entre a Secretaria Municipal de Valorização da Vida e Prevenção da Violência de Nova Iguaçu/RJ e o Instituto de Estudos da Religião/ISER, organização da sociedade civil cuja ação interventiva é a causa dos direitos humanos e da democracia. Contudo, em meados de 2010, o serviço teve suas atividades paralisadas por conta da falta de repasse financeiro também.

A CPMI, na apresentação do relatório de 2013, apresenta a realidade dos grupos de homens autores de violência existentes no Brasil, a análise foi feita apenas em termos de levantamento da existência dos grupos nos Estados brasileiros, e não de como estes grupos funcionam, o que corrobora com as dificuldades apresentadas nos demais grupos pesquisados neste trabalho. O que impera ainda é a falta de conhecimento de como tais grupos funcionam. A seguir, apresentarei uma síntese do levantamento realizado pela CPMI/2013.

10 Sobre o significado das letras que denomina o instituto, este informa que NOOS significa “mente” em grego. Outra referência ao nome da instituição é a “**Noosfera**”, conceito do filósofo Teilhard de Chardin, que dizia que a Terra está coberta por uma camada de pensamentos e ideias, uma conexão entre todas as mentes e povos do planeta.

Quadro 1 - Grupos de Homens autores de Violência no Brasil

Cidade/ Estado	Situação
Distrito Federal	Existem dez unidades de Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) voltadas a atender aos agressores e familiares envolvidos em violência doméstica. Esses serviços estão localizados em dependências do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cada um deles conta com dois psicólogos para atendimento separado de vítima e agressor. Os núcleos oferecem também assistência social e jurídica para os atendidos. Não informa quando tiveram início e seus resultados.
Mato Grosso	Existe um projeto na capital do Ministério Público e Governo do Estado chamado “Lá em casa quem manda é o respeito”, lançado em março de 2011, destinado à reeducação do agressor. O Projeto é desenvolvido dentro do CRC (Centro de Ressocialização de Cuiabá) e conta com a participação de uma equipe multidisciplinar e de Promotores de Justiça da violência doméstica, sendo tal projeto voltado para os agressores da violência doméstica, para fins de reeducação, conscientização e combate a reincidência. Em apenas dois anos o projeto atendeu a 960 reeducandos, dos quais apenas 28 reincidiram. Apenas 3%.
Mato Grosso do Sul	Existe uma unidade desse tipo, denominada Centro de Educação do Homem Agressor, que funciona em Campo Grande.
Minas Gerais	Existe apenas um serviço desse tipo em Minas, localizado em Belo Horizonte: o Instituto Albam – Programa Andros – Homens Gestando Alternativas para o Fim da Violência.
Rio de Janeiro	A informação é que o antigo CREAS cedeu lugar para a instalação de equipamento para responsabilização e educação do agressor, um projeto do Tribunal de Justiça. Não se obteve mais informações a respeito.
Rio Grande do Norte	Apesar da afirmação – constante do PIB – de que um serviço desse tipo estava sendo implantado em 2009, ainda não se tem notícia de que ele exista.
São Paulo	De acordo com a Gestora Estadual do Pacto Nacional durante a audiência pública do dia 29/6/2012, existem duas unidades desse tipo em São Paulo, mas ela não soube informar onde estão localizadas.

Fonte: Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquerito (CPMI)/ 2013.

Os Estados de Acre, Amazonas, Ceará e Maranhão apresentaram também a existência de grupos para homens autores de violência, contudo, como

os demais apresentados no quadro acima, não informam nenhum dado que contemple mais informações com relação ao trabalho efetuado, ao tempo, à metodologia aplicada, resultados e principalmente a mensuração destes resultados. A falta de informações acerca dos grupos evidenciam a fragilidade das ações voltadas para esse público. Os dados apresentados pela CPMI corroboram a falta de conhecimento dos operadores das políticas para as mulheres com relação à existência e atuação dos serviços voltados para os HAV.

Análise e algumas considerações

Existem diversas críticas com relação aos grupos de homens autores de violência (HAV) – desde a necessidade de implantação direcionando recursos para essa parcela – podendo apresentar diminuição nas verbas repassadas para a política para as mulheres, até sua verdadeira eficácia no que concerne à diminuição da violência.

Cabe apontar que os primeiros serviços criados no Brasil com esse cunho tiveram vida curta, por conta da falta de repasse de recursos financeiros do Estado. Os profissionais se deslocaram para outras atividades, as pesquisas sobre a temática conta com a boa vontade dos profissionais que fizeram parte do serviço enquanto estavam lá. Essa foi uma das dificuldades apresentadas em 2012 por Anderson Oliveira, durante seu trabalho de pesquisa para a construção do trabalho: Atendimento a homens autores de violência contra a Mulher: lacunas, desafios e perspectivas.

Além desses pontos, cabe apresentar também os modelos de avaliação que devem ser apresentados para esses trabalhos, que na própria proposta da Batterer intervention: Program approaches and criminal justice strategies, já apontava para uma falha nessa etapa dos trabalhos realizados até então.

Os resultados desses estudos não são conclusivos devido a problemas metodológicos, tais como pequenas amostras, falta de grupos de atribuição ou de controles aleatórios, currículos curtos ou pouco representativos do programa. Curtos períodos de acompanhamento ou de fontes não confiáveis ou inadequadas do acompanhamento dos dados. (HEALEY; SMITH; O’SULLIVAN,1998)

O que se apresenta nos grupos, majoritariamente, são apresentações de dados.

A frustração com a falta de evidências empíricas, a apresentação de um currículo específico ou a duração do tratamento tem levado alguns pesquisadores cada vez mais olhar para os agressores como um diversificado grupo para o qual as intervenções podem ser especialmente adaptadas podendo ser a única abordagem eficaz. (HEALEY; SMITH; O’SULLIVAN,1998).

A expectativa que pode ser gerada a partir dessas análises é avaliar o progresso da intervenção com os agressores, que precisará ser reformulado para incluir o mais amplo contexto de especificidades culturais, sociais e até mesmo regionais.

A longa distância entre a prisão e a inserção em programas de tratamento de HAV, é outro impacto na resolutividade da ação. Então, surgem algumas indagações nesse sentido, quais respostas da justiça penal para o agressor, que intervenções jurídicas são apresentadas para os que estão com processos criminais caminhando infidouramente nos cartórios das Varas, juizados e Fóruns de violência doméstica.

Ainda conforme apresentação do Programa de Intervenção com Agressores de Washington DC, dos homens que completam o ciclo do grupo, 50 a 90% permanecem não violentos por 6 meses a 3 anos. Neste sentido, o tempo de acompanhamento e avaliação dos grupos é eminentemente pouco para definir a mudança de condutas violentas. Uma análise longitudinal seria a proposta coerente para esses estudos.

O tipo de abordagem e de linguagem utilizadas nas intervenções com os agressores é outro ponto importante. O campo jurídico necessita ter ciência das conotações dadas às intervenções com os autores de violência, tendo em vista que em algumas perspectivas de atuação são apresentadas metodologias de autoajuda e/ou aconselhamento religioso, o que foge da perspectiva de modificação da situação posta de violência contra a mulher, pautado nas relações de gênero e diferenças de sexo. Lima e Buchele (201,1 p. 725) afirmam que “[...] a escolha dessas abordagens teóricas está intrinsecamente ligada a como os programas compreendem as causas da violência contra a mulher”. Portanto, é necessário pensar como ponto crítico o arcabouço teórico prático dos responsáveis pelos trabalhos com os homens autores de violência

Referências

ACOSTA, Fernando; ANDRADE FILHO, Antônio; BRONZ, Alan. **Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero**. Rio de Janeiro, Instituto NOOS, 2004.

AQUINO, Sílvia. **Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista**. Salvador, 2006. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

BANDEIRA, Lourdes. **Brasil Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Cepal. SPM. Brasília. 2005.

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

_____. **Dados Estatísticos sobre a violência**. Fundação Perseu Abramo. 2001.
BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

_____. **Lei n. 11.340**. LEI MARIA DA PENHA de 7 de Agosto de 2006.

_____. **Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. **Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. **Relatório Final: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. Brasília: 2013.

_____. **Dados Estatísticos sobre a violência**. Fundação Perseu Abramo. 2001.

COSTA, Ana Alice Alcântara. A construção do pensamento feminista sobre o “não poder” das mulheres. In: _____. **As donas no poder. Mulher e política na**

_____. A construção do pensamento feminista sobre o “não-poder” das mulheres. In: **As donas do Poder. Mulher e política na Bahia, Salvador**: Coleção Bahianas, 1998.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educ.Soc.**, 1998,v.19, n.62, p.13-30. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 02 mar. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HALL, S. **Representation**: cultural representation and signifying practices. London: Sage, 1995.

HEALEY. K; SMITH. C; O’SULLIVAN. C. **Batterer intervention**: Program approaches and criminal justice strategies. Washington, DC, US Department of Justice (No. NCJ 168638), (1998). Disponível em: < <https://www.ncjrs.gov/pdffiles/168638.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

LIMA. Daniel C.; BUCHELE. Fátima. Revisão Crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. v. 21, n. 2. Rio de Janeiro. p. 721-743, 2011.

MOTTA, Alda Brito da. Terceira Idade – gênero, classe social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice, ALVES, Ivya Iracema (Org). **Ritos, mitos e fatos**. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA.2011

NEIM-UFBA – **Assembléia Legislativa da Bahia**. Bahia –Salvador, 1998.

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher**: lacunas, desafios e perspectivas. Salvador, 2012. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

PASSOS, Elizete Silva. **PALCOS E PLATEIAS – as representações de gênero na Faculdade de Filosofia.** Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade.** Florianópolis: Mulheres, 1998.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **Max Weber: entre a paixão e a razão.** 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Sueli de. Marcadas a Ferro. **Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. **Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.** Série Estudos/Ciências Sociais. Brasil: FLASCO. (2009). Disponível em: <http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.p>. Acesso: 25 jun. 2014.

_____. **A mulher na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVADOR. **Relatório Epidemiológico n. 1.** Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - Observatório Estadual das Violências e Acidentes. Versão 2- 17/5/2012.

SARDENBERG, Cecilia; TAVARES, Márcia; GOMES, Márcia. Feminismo e Políticas Públicas: monitorando a implementação da Lei Maria da Penha. In: _____. **Congresso da LASA-Latin American Studies Association**, 2012, San Francisco. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2012/files/26851.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

WATTS, C.; ZIMMERMAN, C. Violence against women: global scope and magnitude. **Lancet London**, v. 359, n. 9313, p. 1232-1237, 2002.

ZÁRRAGA MORENO, José Luis de. Generaciones y grupos de edad. Consideraciones teóricas. In: **Congreso Español de Sociología**, 4., sept 1992. Madrid.

“ESTOU CUMPRINDO O MEU PAPEL”: SIGNIFICADOS DO “SER HOMEM” E “SER MACHO” ENTRE HOMENS PROCESSADOS PELA LEI MARIA DA PENHA.

Lorena Sales de Almeida¹
Universidade Federal da Bahia
lorenasales.cs@gmail.com

Resumo

Visto que o estudo sobre homens e masculinidades é relativamente recente no Brasil, mas já se apresenta como uma área emergente importante dentro dos estudos de gênero, este trabalho busca apresentar os discursos sobre as masculinidades apresentados por homens processados pela lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). O trabalho trata da relação entre a construção sobre o “ser macho” e o “ser homem” e a possível relação com situações de violência doméstica contra a mulher, visto que os homens são os maiores perpetradores de violência. A pesquisa de cunho qualitativo, foi realizada na 1ª Vara de Violência Doméstica Contra a Mulher na cidade de Salvador/BA, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quinze homens. A partir da análise do discurso foi possível identificar os significados apresentados pelos homens sobre o que é ser homem e ser macho, possibilitando analisar suas falas e práticas cotidianas organizadas em torno destas categorias.

Introdução

Os homens estão diretamente envolvidos nas situações de violência contra a mulher, porém muitas vezes eles não passam de dados estatísticos nas pesquisas sociais sobre gênero. Pouco se investiga sobre o processo de socialização dos homens dentro de uma sociedade notadamente sexista e patriarcal, de modo a pesquisar como as formas de masculinidade instituídas socialmente legitimam a violência contra a mulher e quais as falas que a justifica.

Ser homem na sociedade patriarcal significa deter uma série de poderes e vantagens, mas, por outro lado, implica no cumprimento de uma série de deveres e obrigações, como nos diz Pierre Bourdieu (2005, p. 158): “o dominante é também dominado, mas por sua dominação”. Em sua obra, Bourdieu (2005, p. 137) explica que “a dominação masculina está suficientemente assegurada de modo que não precisa de justificação”, já que está evidenciada nos discursos, na divisão sexual do trabalho, nos modelos educacionais, familiares, de forma geral, em nosso cotidiano. Dessa forma, garante que a dominação masculina não é elaborada meramente no mundo social, mas também no estado incorporado, servindo como uma ideia legitimada socialmente, a qual o indivíduo deve se aproximar ou se afastar, a depender do seu lugar na dinâmica social.

O estudo sobre homens e masculinidades é relativamente recente no Brasil, mas já se mostra como uma área emergente importante, principalmente em sua relação com as situações de violência. Desse modo, vamos apresentar aqui, um estudo de caráter qualitativo que busca apresentar as concepções de masculinidade dos homens envolvidos em casos de violência doméstica contra as mulheres na cidade de Salvador. Assim, o objetivo principal deste artigo é apresentar os discursos sobre a masculinidade presentes nas falas de homens processados pela lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Ouvir o que os homens pensam sobre si próprios e como elaboram suas práticas sociais, possibilita traçar pontos de relações entre os homens e as desigualdades de gêneros persistentes. Analisar os discursos de homens agressores é importante para compreender as relações entre a construção do “ser homem” e “macho” pode influenciar nas situações de violências.

A investigação sobre a relação dos homens e a violência contra a mulher, pode possibilitar a elaboração de novas estratégias de administração desses conflitos, já que o aparato legal parece não dar conta do número crescente de casos dessa natureza. Pensar em novas abordagens e tratamento deste tipo de violência focando também nas políticas para homens, descentralizando o caráter, prioritariamente penal e repensando o âmbito preventivo e educativo, é necessário.

Metodologia

Esta pesquisa é resultado de um trabalho de conclusão de curso de Mestrado em Ciências Sociais, onde foram entrevistados 15 homens denunciados por violência doméstica contra a mulher. Os intimados para audiências foram questionados sobre assuntos mais gerais relativos a gênero, masculinidade e violência, porém neste artigo apresento uma discussão sobre as questões relativas aos significados da masculinidade apresentados por eles. Foi utilizado gravador de voz em entrevistas individuais que seguiram um roteiro, estas foram transcritas e analisadas junto às bases teóricas utilizadas.

A pesquisa foi realizada na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Salvador, onde além de serem realizadas audiências, os envolvidos nos casos de violência podem buscar ajuda psicossocial e jurídica. Para a análise das entrevistas foi utilizado o método de análise dialógica do discurso, que de acordo com Spink (1999), busca descobrir a polissemia do discurso. Para a pensadora, o discurso deve ser visto como um poderoso meio guiado pela ação e não um meio de conhecimento aparente. Assim o discurso não é percebido facilmente e, por isso, é preciso um método de análise que permita acessar o modo de construção dialógica das falas estudadas.

Significados do “ser homem” e “ser macho”

O critério de seleção dos homens que foram entrevistados nesta pesquisa foi estar respondendo um processo penal pela Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Alguns deles estavam na Vara para participar de audiências e outros para buscar o serviço do defensor público.

Durante minhas observações, pude perceber uma predominância de homens adultos, aparentando entre 40 e 45 anos de idade, e casados (utilizavam aliança na mão esquerda), alguns acompanhados de familiares (filhos e esposas), mas a maior parte deles se encontrava sozinho nas salas de espera. Os nomes utilizados para fazer referência aos homens que concederam as entrevistas, são fictícios, criados a fim de garantir a confidencialidade do trabalho.

Neste trabalho, não parto do pressuposto de que a construção de um imaginário masculino seja atemporal e universal, o ponto de partida é perceber sensivelmente como esses padrões, guiados pela dicotomia ser homem, ser mulher, está presente dos discursos dos homens. A construção sociocultural do que é ser homem e do que é ser mulher influencia na vida de ambos, assim,

esta análise se ancora na constatação de Medrado; Lyra (2008), de que, apesar de ter havido certa ampliação dos estudos acerca das modalidades subjetivas masculinas na contemporaneidade, eles ainda são de caráter restrito.

A partir dos questionamentos sobre o que é ser homem e o que é ser macho, foi possível notar como os sujeitos entrevistados elaboram seus discursos sobre si mesmos, alertando para falas em comum entre os interlocutores. Antes mesmo, é preciso deixar claro que a multiplicidade de contextos sociais e culturais se reflete também nas diferentes maneiras de como homens e mulheres vivenciam a masculinidade, diferentes masculinidades coexistem. Todavia, Connel (1997) ressalta que é plausível destacar o que chamou de “masculinidade hegemônica”, reportando-se à conformação de masculinidade predominante, tradicional, prevalente em um determinado contexto cultural e histórico.

Gomes; Rabello; Nascimento (2010) alertam que a construção da masculinidade, a partir da dimensão hegemônica, penetra no imaginário social, diz respeito à concepção de oposição ao feminino. Entretanto, o masculino, assim como o feminino, deve ser considerado como uma categoria que não se reduz ao corpo e aos traços de distinção do sexo, são práticas discursivas organizadas socialmente.

Ao falarem sobre o que é ser macho, os sujeitos da pesquisa apresentaram um discurso que associa o macho à virilidade, ao falo e a características consideradas inatas ao sexo. A respeito disso, eles explicitaram as exigências de comprovação da virilidade através do desempenho quase obrigatório de um sujeito ativo, viril, que está sempre disponível e disposto a desempenhar a função de “macho”.

Ao ser questionado sobre o que é ser macho, Rui disse que essa pergunta era muito complicada e que ele precisava refletir por um tempo. Após alguns minutos, ele começou a rir de forma contida, como se estivesse com vergonha de responder, e comentou:

Ser macho... poxa... um homem pra ser macho tem que saber fazer uma mulher feliz na cama, desculpa se eu te desrespeitei. [...] Eu acho que é aquele homem que faz e acontece, que faz o que eu disse, sabe fazer aquilo. Porque o homem tem um órgão que é fisicamente feito pra isso, ele é como se fosse um instinto de sobrevivência. Se um homem vê uma mulher bonita e ela quer, ele vai lá e faz. Agora, aqueles homens magrelos, muito delicadinho, mulher não gosta. Tem homem que se diz homem, que na hora da coisa ficar séria, corre, isso é postura de um homem? Não é. (Rui)

Ao longo dos anos foi sendo engendrada a cobrança pela virilidade a estes homens a partir de suas masculinidades, esse fenômeno motiva a iniciação sexual precoce e a busca pela prática de “fazer” filhos, ligada a consolidação da noção de que o homem tem que ser viril, evidenciando esses traços por meio da sexualidade e do treinamento dos seus corpos.

A educação do macho pode ser evidenciada na iniciação sexual ainda na infância, representando a passagem do menino para a fase adulta, tornando-o um “macho”. Mesmo com a imposição desse comportamento, a legitimidade masculina se vale de diversas marcas sociais, como a socialização dos jovens homens no mundo público e no exercício do comando, fazendo-se obedecer por meio do uso da ordem e da autoridade masculina.

O reconhecimento da masculinidade, tradicionalmente, está ligado à necessidade do indivíduo de sentir e agir como homem, o que provoca uma série de esforços específicos, que inclui a contenção das emoções e das expressões corporais. Esse padrão foi notado durante as entrevistas, o corpo enrijecido, a maneira de sentar e falar e o controle das emoções, quando eles não conseguiam manter essa conduta, buscavam policiar seus atos. Em algumas entrevistas, os homens emocionaram-se ao falar dos filhos, da família, da condição financeira, alguns choraram e desculparam-se pelo comportamento, tentaram esconder o rosto ou mesmo interromper a entrevista.

Olha... eu acho que nem todo homem é macho. Macho é aquele homem que cumpre com sua obrigação, aquela parte mais do... tipo mais da relação sexual mesmo. O macho tem aquele instinto de macho, aquela coisa de animal mesmo, de ser rígido, ser mais bruto. (Celso)

Macho... é assim... qualquer um homem é macho, agora, pra cumprir não é qualquer um. [...] Quando o cara fala que é macho, o cara quer ser o maioral, melhor que todos os homens, mas o macho não é isso. Macho é saber proteger o que é seu, é cuidar do que é seu. É saber satisfazer a mulher também, na hora do vamo ver. Não é ser melhor que todo mundo, é cuidar do que é seu. (Adolfo)

Ah... ser macho é ser forte, querer mostrar que é mais forte que os outros. Mostrar que consegue fazer as coisas... querer se orgulhar do desempenho sexual, dizer que é bom de cama, que faz mesmo... é aquele lado mais da natureza, do corpo do homem... porque o macho foi feito pra completar a fêmea, assim Deus criou

a natureza das coisas. Os bichos são assim, o leão tem que mostrar que é mais forte que os outros, que a juba dele é mais bonita, nós somos seres da natureza também... (Antony)

As falas destacadas acima reforçam o modelo de masculinidade hegemônica difundido em nossa sociedade, o qual preza pelo homem viril, macho, forte e inflexível, diferente da mulher frágil, afetuosa e submissa. O discurso preeminente sobre como ser masculino e feminino propicia a subordinação da mulher e a desvalorização do universo feminino. Essa visão é fruto da sociedade patriarcal, onde o trabalho doméstico, de domínio privado, é tarefa prioritariamente feminina e já naturalizada. Nesse contexto, o prazer sexual é um privilégio dos homens, que detém o corpo das mulheres, à mulher cabe procriar filhos e cuidar da família.

A naturalização do comportamento dito masculino é atribuída às diferenças corporais, ao órgão genital e aos hormônios presentes nos homens, é dessa forma que os entrevistados pensam e justificam suas ações. Para Anísio, ser macho é não ser fêmea e “nascer com um pênis”, Hiran diz que ser macho é “é ser cumpridor dos seus deveres, como namorado ou como marido, né? É ter o organismo do homem, ter o “órgão sexual do homem”, é a natureza.”. Para eles, as características comportamentais estão diretamente ligadas ao fato dos homens nascerem com um pênis, isso implica determinadas obrigações e deveres. A respeito da supervalorização do falo na construção do ser macho, Nolasco (1993) ressalta que o autocontrole é avesso ao autoconhecimento, e produz no homem o desconhecimento de si mesmo, conferindo ao pênis o encargo pela satisfação sexual. Por conta disso, são frequentes as obsessões com o tamanho do órgão sexual masculino, assim como com a quantidade de ereções.

Macho é... ser valente, ser aquele cara que não tá nem aí pra nada, ele quer e ele consegue. Um cara que não é covarde, acomodado... tem que fazer valer o seu grupo que nasceu, o macho tem o faro, ele já nasce com aquele jeito... mas tem uns que não gostam muito não, não quer ser macho mais não... Não aguenta a pressão. (Josué)

O modelo tradicional de homem valoriza além de virilidade, a frieza, altivez, poder, força, traços que representam superioridade física e intelectual. No mundo Ocidental, mesmo nos países que reconhecem os direitos iguais para

homens e mulheres, permanecem as desigualdades entre os sexos. Badinter (1993) afirma que, não só o modelo de oposição, mas o modelo de igualdade entre os gêneros, onde a mulher é igual ao homem, acaba reafirmando a superioridade masculina, já que o homem é sempre referência. No regime patriarcal, a posição das mulheres é, majoritariamente, uma condição subordinada aos homens. A autora ressalta que ser homem e ser mulher é mais uma classificação social, que considera o homem como o ser perfeito, modelo cuja a mulher (ser menos perfeito) deve sempre ser comparada.

Na fala de Adão o órgão genital masculino é exaltado e as características do macho são fundamentadas em aspectos biologizantes, no sentido do homem seguir um instinto próprio da sua natureza.

Na hora assim... na hora de fazer o que é o papel do homem, o papel de macho, da natureza do homem... você sabe que qualquer ser humano tem uma natureza, tem um organismo, se o homem tem a natureza dele, igual a um bicho, igual a um cachorro, um gato, ele quer reproduzir, ele tem desejo sexual. Um homem também tem seu instinto, tem sua natureza. Até o órgão do homem é feito pra ser perfeito, pra fazer tudo na hora certa... Um homem tem desejo. (Adão)

Há o reconhecimento de tais condutas, justificadas por um processo de naturalização dos comportamentos, consideradas como fixas e inelutáveis. Entretanto, se este padrão assegura maior poder aos homens, não são todos eles que adotam de forma pacífica, sem questionamentos estas “exigências”. Assim, é preciso levar em conta a existência simultânea do padrão tradicional masculino de “macho”, agressivo e dominador, e novas formas de masculinidades reguladas pela sensibilidade, cooperação e afeto. Porém, apesar de serem reais estas novas representações de homem, que fogem dos padrões patriarcais, a classificação feminino e masculino ainda orienta a percepção sobre as relações de gênero (NOLASCO, 1993). Portanto, a concepção de um homem que vive uma nova masculinidade, longe das exigências de coragem e virilidade, não denota uma total transformação nos papéis de gênero onde os homens passam a ser afetuosos e solidários.

Ao serem questionados sobre o que é ser macho, traços como valentia, força e características relacionadas ao desempenho sexual como possuir pênis e ser viril, predominaram nas respostas dos entrevistados. Já ao serem perguntados:

“o que é ser homem?” as respostas dos entrevistados indicaram outros atributos também pertinentes na compreensão da masculinidade.

Ser homem é ser trabalhador, é cuidar da sua prole, da sua família... é ser homem mesmo. Honesto, trabalhador, ter responsabilidade, ter palavra de homem, não ser covarde. Homem tem que ir à luta, não pode fraquejar. Se a família perde o chefe, se o homem fica doente ou fica fora, tudo muda. Tudo fica estranho, a família perde aquela unidade, perde aquela força, aquela força que sustenta. (Anísio)

E se o homem não tiver cumprindo seu papel de pai de família, o negócio fica mais complicado. A mulher que trabalhar, quer fazer a vida dela fora da casa, mas quando tem uma conta pra pagar... quem paga? Quem paga é o homem. Eu já fiquei desempregado, é duro. [...] Ser homem é ser batalhador, correr atrás dos seus objetivos, lutar. Ser honesto, acima de tudo... Não ser egoísta, buscar sempre tá do lado da família... ser homem pra mim é isso. (Antony)

A categoria trabalho que surge com destaque nas falas, mostra que responsabilidade se associa fortemente a essa questão, e segundo os entrevistados, tanto no sentido da posse de um trabalho, de um emprego, quanto no sentido de cumprir suas obrigações dentro do trabalho que realiza. O trabalho é parte importante do modelo de masculinidade que se apresenta aqui, assim vale ressaltar que junto com a questão da proteção à família, que também aparece nas falas, o trabalho se liga a uma das características mais exaltadas de modelos de masculinidades tradicionais: a do homem como provedor.

Com as transformações do mundo do trabalho, a inserção das mulheres no emprego formal, os homens passam a ressignificar a divisão do trabalho. Para alguns entrevistados, é como se a dificuldade atual em se conseguir um emprego, valorizado em termos masculinos forçasse os homens a essa ressignificação, tendo como alternativa o sofrimento decorrente de sua culpabilização pessoal pela “falha” em conseguir um emprego. Essa cobrança sobre si próprio parece gerar desconforto e motivar reações de conflito quando esse papel tradicional não é cumprido, ou quando a esposa trabalha para prover financeiramente a família, como é possível notar na fala de Josué.

Homem tem que fazer o papel dele, proteger, se precisar lutar pra defender o que é seu... sua família, suas coisa... manter sua honra, sua dignidade. Pra mim homem é isso, homem que é homem dá um jeito de conseguir o que quer, não é esses gigolô preguiçoso que fica se aproveitando das mulheres. (Josué)

A masculinidade segue padrões fixos e determinados do comportamento e, assim, dos significados do que é “ser homem” para a sociedade ocidental moderna. O percurso das masculinidades vem acompanhado por signos e símbolos construídos socioculturalmente, que vêm determinando o que é ser homem e o que é ser mulher e afetando a vida dos sujeitos.

A compreensão sobre o que é ser homem para os entrevistados está ligada às características como ser honesto, ter um trabalho e proteger a sua família, aspectos que constituem um “homem de verdade”. O “macho” apareceu como complementar ao “ser homem”, as características atribuídas ao primeiro questionamento apareceram, nas falas, como adicionais às exigências do “ser homem”. Termos como “honestidade”, “trabalhador”, “cumprir com seu papel” e “ser responsável”, surgiram com muita frequência nos discursos dos entrevistados.

Tal concepção de homem responsável acordam tanto com os resultados da pesquisa de Machado Filho (2003) quanto com Badinter (1993), que também destaca que a honestidade vem surgindo na sociedade como um dos parâmetros para um novo modelo de homem. Nas falas seguintes, é possível notar algumas das características do “ser homem” explicitadas pelos sujeitos da pesquisa: “Ser homem é ter caráter, ser honrado. Ser homem é saber conduzir as coisas, ter pulso firme. É honrar o seu nome, ter atitudes corretas.” (Jacson) ; “Homem de verdade é trabalhador, é decente... Ser homem não é só dizer que é homem, tem que fazer, tem que ter firmeza na palavra, na atitude.” (Claudiano); “Acredito que ser homem é ter comprometimento com sua família, sua vida. É ser honesto, é ter honra. Essa é a minha opinião.” (Genival) ; “Ser Homem é ser cavalheiro, ser honesto. É ter caráter, é ter personalidade.” (Joseph).

Ser homem é... ser um leão que todo dia tem que ir à caça pra trazer alimento pra sua família. É proteger, fazer o seu papel com a sua família, com a sociedade, cumprir seu papel de cidadão e principalmente proteger a sua família.” (Túlio) “Homem é ser um cara honrado, um cara que cumpre com seus deveres. Ser homem... tá

difícil, hoje, um homem de verdade, um homem que tenha uma índole boa, que tenha caráter, mudando isso, fazendo vergonha.
(Adão)

Assim, as principais características presentes nas concepções sobre masculinidade foram a força, intimamente ligada ao suposto caráter ativo do homem, à virilidade, à honestidade e ao trabalho, Tais características estão ligadas a compreensões tradicionais e essencialistas de superioridade masculina. Tais atributos se apresentam como contrários aos conferidos às mulheres, tornando o significado de “ser homem”, sobretudo “não ser mulher”. Ao falarem sobre “ser homem” e “ser macho”, os discursos apresentados demonstraram a valorização de atributos da masculinidade hegemônica. A masculinidade hegemônica adentra no imaginário social e se organiza em oposição ao feminino, elaboradas como práticas discursivas organizadas socialmente.

As características conferidas ao “macho” estão associadas à virilidade, ao falo e às características consideradas inatas ao sexo e corpo. Enquanto o macho deve exercer sua sexualidade como prova de masculinidade, eles reconhecem a mulher como aquela que deve conservar a castidade, a pureza e o pudor. Já ao falar sobre o que é “ser homem” a compreensão dos entrevistados se apresentou ligada às características como ser honesto, ter um trabalho e proteger a sua família, aspectos que constituem um “homem de verdade”. O “macho” surge, então, como parte do “ser homem”, há espaço para esses dois papéis no modelo de masculinidade dominante entre os entrevistados. Exercer a virilidade não impede que o homem busque ser “honesto”, “trabalhador”, “cumprir com seu papel” e “ser responsável”, como ressaltado por eles. Ser homem e macho foi apresentado como uma obrigação, eles estavam “cumprindo o seus papeis”, mantendo a “ordem natural” dos gêneros.

Os homens entrevistados, que estavam respondendo criminalmente por atos de Violência Doméstica contra a Mulher, reconhecem e buscam exercer a masculinidade hegemônica. É possível afirmar que, o modelo de masculinidade difundido e valorizado nos mais diferentes discursos, instituições como igrejas, escolas, família, meios de comunicação, é um modelo que reforça a figura do homem agressivo, que detêm o poder e resolve seus problemas com base na violência e autoridade, que detêm privilégios e poderes. Tal posição concedida aos homens está diretamente ligada as situações de violência doméstica vividas diariamente por mulheres.

Referências

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CONNEL, R. W. **Políticas da masculinidade**. Educação e Realidade, Porto Alegre, FAGED/UFRGS, 1997.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Los Angeles: University of Califórnia Press, 2005.

GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. S.; NASCIMENTO, E. F. Medos sexuais masculinos e política de saúde do homem: lacunas e desafios. In: MEDRADO, B.; LYRA, J.; AZEVEDO, M.; BRASILINO, J. **Homens e Masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas**. Recife: Instituto PAPAI, 2010, p.95-108.

MEDRADO, B. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In ARILHA, M.; RIDENTI, S.; MEDRADO, B. (Orgs.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS/Ed. 34, 1998, p. 145-161.

MEDRADO, B.; LYRA, J. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Revista estudos feministas, 2008; v. 16. Disponível em: Acesso em: 24/03/2010.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PERSPECTIVAS MASCULINAS DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM OS HOMENS QUE CURSAM PEDAGOGIA?

Lucas Romário

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

lukas_ro_mario@hotmail.com

Resumo: O presente artigo pretende realizar uma análise das perspectivas de homens graduandos em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sobre a atuação masculina na Educação Infantil. Após o processo de feminização do magistério que ocorreu em boa parte dos países de cultura ocidental durante a passagem do século XIX para o século XX, a docência na Educação Infantil vem sendo ocupada pelas mulheres. Nesse contexto, pretendo conhecer as perspectivas que os futuros profissionais da educação apresentam em relação a essa questão. Para tanto, foi aplicado um questionário com a participação de alguns alunos do curso de Pedagogia da UFPB, matriculados no primeiro período de 2013. As respostas dos graduandos indicaram que um determinado estranhamento em relação à possibilidade de atuação na educação infantil é recorrente. Em geral, parecia haver pouca intenção desses futuros pedagogos em trabalharem nesse nível educacional, pois os mesmos acreditavam que essa fase educacional se enquadra melhor para as pedagogas, ainda que reconheçam que a predominância das mulheres nesse nicho não impeça que os pedagogos homens também desenvolvam esse trabalho.

Palavras-chave: Homens, Educação Infantil, Pedagogia.

Introdução

A necessidade de compreender o que os graduandos em Pedagogia pensavam a respeito da docência na Educação Infantil, surge a partir da minha experiência pedagógica em 2010, quando trabalhava com uma pequena criança de três anos, em um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) no Estado do Mato Grosso do Sul. Meu trabalho não era necessariamente na regência de sala aula, pois eu ensinava Libras (Língua Brasileira de Sinais), haja vista que essa criança era Surda. As minhas aulas com essa criança, que aconteciam duas vezes por semana, se davam numa pequena sala de professores e professoras disponível naquela instituição.

Durante as aulas especializadas que aconteciam apenas entre mim e a pequena criança, eu percebia que a atenção da diretora e das professoras da escola estava sempre voltada para a nossa sala. Sentia-me vigiado e não sabia muito bem se essa vigilância tinha a ver com o fato de eu ser um professor muito jovem, novato na profissão, ou pelo fato de eu ser homem.

Em relação a homens que atuam na educação infantil, alguns pesquisadores e pesquisadoras têm apontado que “há, de certa forma, um olhar mais vigilante e atento, especialmente, quando eles ainda não são conhecidos e estão iniciando suas atividades nessas instituições” (RAMOS; XAVIER, 2010, p. 08).

Muitas vezes, quando a minha pequena aluna necessitava ir ao banheiro, ocorriam situações constrangedoras, pois pelo fato de ser homem, a diretora da escola não permitia que isso acontecesse, alegando que isso poderia ser um problema aos olhos da escola, ou seja, ela pressupunha que as outras professoras e os pais das outras crianças do centro de educação infantil tomariam necessariamente a presença de um professor homem como maior perigo de abuso sexual para esta criança.

Na verdade, eu nunca trabalhei com os cuidados corporais dessa criança, haja vista que a diretora sempre viabilizou a intervenção de uma funcionária do Centro, atendendo às necessidades da garota. Outro constrangimento que se passava era o fato de as professoras estranharem o fato de um professor homem ministrar aulas para uma criança de apenas três anos, apesar de não estar diretamente na regência de classe.

Outra questão que me levou a pensar as questões de gênero foi o fato de eu sempre ter alimentado o desejo de cursar Pedagogia, mas, as pessoas do meu meio social, nunca incentivaram tal ação, alegando que Pedagogia era um curso para mulheres. Diziam que na condição de pedagogo, teria que ministrar aulas para crianças pequenas e isso não era típico de um homem.

Decidi, então, quebrar as barreiras e os estigmas, buscando aquilo que sempre almejei, Pedagogia. Atualmente, ainda cursando este curso, além do Mestrado em Educação e, após ter cursado Serviço Social, um curso também considerado para mulheres, minha inquietação em relação ao estranhamento e ao preconceito em relação ao trabalho com crianças pequenas que muitas pessoas possuem ainda me acompanha.

Por isso, senti a necessidade de compreender quais perspectivas meus colegas homens, cursistas de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, têm em relação a uma futura atuação na Educação Infantil, e verificar se também já sofreram ou sofrem algum tipo de estranhamento ou preconceito por cursarem este curso, um curso considerado culturalmente voltado ao público feminino.

Caminhos metodológicos

A pesquisa foi realizada com os alunos homens do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, no período correspondente ao primeiro semestre letivo de 2013. Para levantarmos o número de alunos matriculados no curso de Pedagogia nesse período, foi realizada uma pesquisa documental no registro de Controle Acadêmico da Graduação (CAG) realizado pela Coordenação do curso de Pedagogia.

Em sua totalidade, o referido curso possuía 1369 alunas e alunos matriculados e ativos, sendo 444 (32,43%) pelo período matutino, 410 (29,95%) pela tarde e 515 (37,62%) no período noturno. Dentre esses alunos e alunas, o número de alunos do sexo masculino é muito pequeno em relação ao número de mulheres matriculadas, representando 1,6% (22 alunos) homens no período da manhã, 2,63% (36 alunos) no período vespertino e, 4,82% (66 alunos) no período da noite, somando-se configuram um universo de 9,05% (124 alunos) homens matriculados no período 2013.1 no curso de Pedagogia da UFPB.

Para delimitar a amostra da pesquisa optei em aplicar um questionário a respeito do qual Gil (1999, p.128) coloca que, o mesmo pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

A proposta inicial seria aplicar o questionário entre os 22 graduandos homens do período matutino, porém devido à evasão deles, foram aplicados apenas 18 questionários. Procuramos elaborar as perguntas do questionário de

forma “aberta”, nos esforçando por proporcionar ao informante a possibilidade de responder de maneira livre, expressando-se de maneira própria.

O objetivo da pesquisa era compreender quais as perspectivas dos graduandos em relação a uma futura prática docente na educação infantil, sobretudo com crianças com até três anos de idade. Para analisarmos os dados da pesquisa utilizamos o método qualitativo que de acordo com Minayo (2001) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 14).

Feminização do magistério: reflexos na atualidade

Desde as primeiras lutas por direitos de cidadania, instrução e o voto no final do século XIX, por uma parcela de mulheres norte-americanas e europeias, muitas conquistas vêm sendo realizadas por elas, sobretudo no campo educacional. O espaço das mulheres enquanto sujeitas portadoras de direitos sociais, como cidadania e educação, no Brasil começa a ser conquistado, ou pelo menos almejado, desde a segunda metade do século XIX. Desde então, a educação escolarizada passa a ser importante para essas mulheres, por isso, elas começam a estudar e, posteriormente, exercer a profissão de mestra, mas com a ressalva desses cursos serem administrados por homens, ao longo de todo o século XX.

Considerando que o Brasil teve a sua primeira universidade construída em 1808 após a chegada da família real, na qual era destinada apenas ao público do sexo masculino, e que as mulheres só tiveram o acesso a se matricular em nessa instituição em 1879, de lá pra cá houve muitas conquistas para as mulheres brasileiras. O processo de feminização do magistério durante a passagem do século XIX para o XX permitiu às mulheres adentrarem as salas de aulas enquanto educadoras, mesmo subordinadas à supervisão dos homens. Depois disso, paulatinamente ou de forma velada, aquele passo permitiu que elas exercessem influências às futuras gerações através de suas concepções ideológicas pela luta pela democratização e ampliação do acesso ao espaço público para as pessoas do sexo feminino.

O movimento feminista de 1960 confirma essa ideia de que desde o século anterior ficou “plantada uma semente” nas moças e mulheres daquela época. Segundo Ramos e Xavier (2010, p. 1), “num movimento de luta, marcado por

idéias e fatos que se articulam a um conjunto mais amplo de transformações sociais, o feminismo foi re-significando as relações interpessoais e os embates entre os sexos”. No entanto, ainda há muito a se conquistar num país tão excludente e com tantas desigualdades sociais, como o Brasil. Vale destacar que nesse campo de lutas, as mulheres conquistaram um espaço de vanguarda no campo educacional especialmente na contemporaneidade, ou seja, no século XXI.

Nas universidades brasileiras, o número de mulheres matriculadas nos cursos de graduação é superior em relação ao número de graduandos do sexo masculino. “Em 2010, do total de 6.379.299 matrículas, 57,0% são femininas e, entre os concluintes, a participação feminina é de 60,9%” (INEP, 2011, p.15). Nas universidades, podemos simplesmente olhar pelas janelas das salas de aulas, em especial nos cursos de Educação e Humanas, sobretudo no curso de Pedagogia e constatar que o número de mulheres é bem maior em relação ao de homens. E isso não acontece apenas no momento da formação de professoras e professores. De acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a cada 10 docentes da Educação Básica no Brasil, 8 são mulheres.

Em todas as etapas de escolarização, exceto a profissional, são elas que lecionam em sua maioria. Segundo o “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007”, considerando todas as etapas da educação básica, 81,6% dos professores e professoras que lecionavam no Brasil, são mulheres somando mais de um milhão e meio de docentes (1.542.925). (INEP, 2009, p. 22).

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, 91,2% do corpo docente é representado pelas mulheres e 8,8% é representado pelo sexo masculino. Na pré-escola, esse número chega a 96,1% para as mulheres e 3,9% para os homens. Sobretudo nas creches, a presença masculina na docência não chega a 3%.

Após o processo de feminização do magistério, a docência vem sendo ocupada culturalmente pelas mulheres, suprimindo a presença dos homens do espaço educacional infantil, sobretudo no trabalho com crianças de 0 a 3 anos. Na legislação brasileira, não existe nenhuma lei que proíba a presença e a atuação de professores homens com crianças de 0 a 3 anos. O professor homem, sendo devidamente preparado para a atuação profissional, especialmente nos cursos de Pedagogia, tem o pleno direito de atuar na educação infantil.

Como podemos ver nos dados do “Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007”, a presença de professores homens no trabalho com a educação infantil, especialmente com crianças de 0 a 3 anos é quase mínima. Nos cursos de formação docente, a presença deles também é muito pequena. Na maioria dos cursos de Pedagogia, a sua grade curricular é composta pela disciplina Educação Infantil, possuindo ainda Estágio Supervisionado em Educação Infantil que é obrigatório para todos os alunos desse curso. Devido a isso, consideramos que todos(as) alunos e alunas dos cursos de Pedagogia deveriam sair das universidades para o mercado de trabalho com uma formação adequada para trabalhar com crianças pequenas.

No entanto, mesmo com essa formação, igual para homens e mulheres, a inserção docente de pedagogos homens na educação infantil é mínima. A maioria desses educadores busca trabalhar com crianças maiores nas séries iniciais, ou então migrar para outras funções tais como as coordenador pedagógico, supervisor, diretor, entre outras funções administrativas. Conforme Cardoso (2007, p. 05) o professorado masculino está fugindo da alfabetização. Assim, é necessário entendermos por que os professores homens não querem ou não podem trabalhar com crianças de até três anos.

Resultados e discussões

Inicialmente, para termos uma melhor compreensão da concepção que os graduandos possuem em relação ao curso, levantamos quais foram os motivos que os levaram a ingressar no curso de Pedagogia. Sendo o Curso de Pedagogia um curso que abrange e lida diretamente com o ser humano, em especial com crianças, alguns dos graduandos colocam que a Pedagogia abrange um universo de várias possibilidades e alternativas, intervindo no meio escolar, no âmbito da família, no social e político, ampliando as concepções e emancipando o ser humano para a vida. Parece ser devido a essa ideia de um curso abrangente e emancipatório que três desses universitários tenham se interessado em cursar essa licenciatura.

No entanto, outras questões também foram apontadas para o ingresso no curso, tais como, obter um curso de nível superior, a identificação pessoal com a área, melhores condições de inserção no mercado de trabalho, e também reopção de curso, visto que outros almejavam ingressar em outros cursos, mas por não serem aprovados no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)

processos seletivos para a área de interesse, migraram para a Pedagogia. Dois dos universitários afirmaram que sempre quiseram ser professores, especialmente trabalhando com crianças, entretanto, um deles ressalta que o desejo em trabalhar com crianças se ocorre com a ressalva de as crianças serem do 4º ou 5º anos do Ensino Fundamental.

Por estarem cursando Pedagogia, perguntei aos estudantes se eles já sofreram algum tipo de discriminação ou preconceito pelo fato de serem homens e alunos de Pedagogia. A maioria (treze graduandos) respondeu que não, nunca sofreu nenhum tipo de discriminação ou preconceito. Um deles até afirmou que todas as pessoas o elogiavam pela sua escolha; outro afirmou que não, pelo menos não de maneira explícita, deixando uma margem de dúvidas em relação à sua negação... Não tenho como saber. A seguir destaco os relatos dos que afirmaram ter sofrido algum tipo de discriminação ou preconceito:

Sim! Algumas pessoas sempre comentam que é um curso voltado para as mulheres que trabalharão com crianças em pré-escolas e/ou creches (GRADUANDO 02).

Sim, dificuldade de realizar as práticas docentes durante o estágio em educação infantil, a professora não permitiu uma interação plena com os alunos, intervindo e afirmando que cuidar de criança era coisa de mulher (GRADUANDO 05).

Sim! Que indivíduo do sexo masculino já não 'sofreu' algum tipo de discriminação ou preconceito? Em um dos casos, pessoas sem conhecimentos a respeito que áreas um pedagogo tem possibilidade de atuar, falarem que: você vai trabalhar com crianças (GRADUANDO 13).

Sim, apenas uma vez, isso que eu vi ou presenciei. Mas, vale ressaltar que veio de uma pessoa que não tem contato com a vida acadêmica e ainda em seu imaginário vê a pedagogia como uma prática feminina que forma professorinhas (GRADUANDO 18).

Essas quatro declarações evidenciam que a visão cultural da sociedade em geral permanece fazendo o enlace entre a educação infantil e o sexo feminino. As pessoas que foram preconceituosas talvez não pertençam ao meio acadêmico, mas podem representar os pais das crianças. Os alunos do curso de Pedagogia dão indícios de que desde a formação acadêmica, já são afetados pela visão preconceituosa ou no mínimo do senso comum, de que o trabalho

pedagógico com crianças menores é coisa para mulher, como nos apresenta o “Graduando 05” ao dizer que sentiu dificuldades em interagir plenamente com as crianças em seu estágio, pois a professora não permitiu que isso ocorresse, afirmando que cuidar de criança era coisa de mulher.

Na sociedade contemporânea, na qual as mulheres vêm lutando e conquistando espaços culturalmente “típicos” do sexo masculino, a figura masculina nos espaços sociais estaria sendo deixada de lado ou menosprezada? Talvez não, mas as condições igualitárias de trabalho sim. Se no espaço familiar, vemos os pais se aproximarem cada vez mais do cuidado com seus filhos, algo que anteriormente isso era quase que exclusivo das mães, por que no magistério isso não pode acontecer?

A formação pedagógica é igual para alunos e alunas de Licenciatura em Pedagogia, não há distinção de conteúdos curriculares para os diferentes gêneros. Antes das escolas, dos pais, dos outros professores olharem para os pedagogos ou futuros pedagogos como homens que podem representar qualquer perigo para seus filhos e filhas, é preciso enxergá-los como profissionais que, possuem uma formação específica e que possuem competências pedagógicas para o trabalho com crianças pequenas sim, pelo menos é o que se espera devido à organização curricular do curso de Pedagogia.

Nesse trabalho também tentei compreender se existia a intenção de atuação dos futuros pedagogos, formados pela UFPB, em atuar na docência da Educação Infantil. A pretensão de não atuar na nessa fase educacional é quase unânime. Em um total de dezoito, apenas três graduandos demonstraram interesse em ingressar no magistério com crianças pequenas. As justificativas em não querer trabalhar com crianças pequenas são variadas. Em geral os pesquisados afirmaram que pretendiam atuar com crianças maiores do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva inclusiva e na pesquisa. Os únicos que demonstraram interesse em atuar na educação infantil pensam nesse trabalho como uma perspectiva de contribuição para uma melhor formação social e cidadã dos futuros adultos da nossa sociedade.

Quando indaguei os sujeitos da pesquisa acerca de suas opiniões sobre professores homens trabalharem com crianças de até três anos de idade, apesar de considerar complicado e/ou delicado, a grande maioria acredita que não há problemas nessa intervenção pedagógica, pois os homens são preparados pra isso e que isso “precisa ser desmistificado, porque homem também é pai, pais trocam fraldas, dão banho e fazem comida para seus filhos. Mas reconheço que ainda há um tabu para ser quebrado” (GRADUANDO 09).

Em contraponto a essas posições favoráveis ao trabalho do homem na educação de crianças com até três anos, o “Graduando 10”, que tem 40 anos, se posiciona enfaticamente contra: “sou totalmente contra, professores do sexo masculino, trabalhando com crianças com até 3 anos de idade; pois elas precisam da figura feminina em muitas ocasiões. Há limites no gênero masculino.”

Essa afirmação nos pareceu muito forte, pois limitar um profissional pelo fato de ser homem vai contra as concepções de igualdade de gênero que vêm sendo conquistadas ao longo dos tempos, pois isso reafirma as relações de poder e desigualdades que distanciam homens e mulheres. Para Scott (1995, p. 86), “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

No entanto, este depoimento me permite indagar: o que o faz pensar assim? Será que a universidade tem o feito rever isso? Será que nas licenciaturas, e na literatura, esses conceitos vêm sendo modificados? O fato é que, generalizar dessa forma, afirmando que o homem não pode realizar cuidados com as crianças, deixa brechas para que se possa dizer que a mulher não é capaz de trabalhar em ocupações culturalmente masculinas. Os estereótipos vêm se configurando de maneira subjetiva, considerando os indivíduos em particular e não na totalidade.

[...] nos dias de hoje, pelo menos nas sociedades ocidentais, homens e mulheres estão se distanciando dos modelos estereotipados de gênero e desenvolvendo novas formas de subjetividade, livres do imperativo das divisões traçadas pelas representações sociais até então vigentes. A idéia de que existe um modelo masculino ou feminino universal não se sustenta mais. (ARAÚJO, 2005, p. 09)

Considerar os profissionais no que concerne à sua prática pessoal é muito importante, afinal se colocarmos todos os sujeitos como pessoas que possuem práticas iguais, estaremos cometendo um grande erro, afinal existem pessoas diferentes, pais diferentes e professores diferentes, e isso não ocorre devido ao seu sexo e/ou gênero, mas sim pelo seu caráter, ética e competência profissional.

Palavras finais

O trabalho com crianças, independente de sua idade, necessita de compromisso, ética, respeito, caráter e, sobretudo, formação sólida e competência técnica. O gênero masculino é vítima de estranhamento na educação infantil pela tradição, na qual a mulher ocupou praticamente de forma quase única a docência nessa fase, pela influência da mídia, abordando sempre a figura masculina como única agressora sexual. De fato, ao longo da história, sabemos que os homens vêm sendo protagonistas de forma muito mais frequente de práticas de homicídio e estupro do que as mulheres.

Todavia, não podemos generalizar e estigmatizar a figura masculina e esquecermos que cada pessoa tem a sua identidade, subjetividade e seu caráter. Dessa forma, acredito que quando a sociedade permitir que homens ocupem novos papéis daremos a oportunidade de consolidar novas formas de ser homem na própria sociedade, desassociadas da violência, agressividade e sexualidade exacerbada.

É preciso considerar também que as mulheres também podem ser sujeitos praticantes de abusos sexuais. O homem atualmente até pode ser o principal sujeito que pratica abusos sexuais contra crianças, entretanto, isso não faz de todos os homens estupradores e aliciadores. As subjetividades, a ética e a formação profissional, precisam ser consideradas entre os pedagogos homens que se inserem na educação de crianças pequenas. De fato, o cuidado e a vigilância dos pais devem ocorrer com todos os docentes que educam seus filhos, mas almejamos que isso ocorra sem distinção de sexos e que a família se aproxime da escola para conhecer os professores de seus filhos, pois existe uma distância muito grande entre essas duas instâncias, permitindo que muitas vezes, os pais alimentem fantasias de perigo em relação aos professores homens.

A falta de pretensão dos graduandos em Pedagogia da UFPB em atuar com crianças parece ser um reflexo dos estranhamentos e preconceitos, imbuídos nos discursos populares e na realidade existente. Se houvesse um maior incentivo e uma visão ampla da sociedade, a intenção de se inserir na educação infantil seria maior, pois a discriminação e o medo impedem que alunos homens, graduandos em Pedagogia, estejam abertos para apreender, se qualificarem e atuar com crianças da educação infantil, além de, também se beneficiarem dessa experiência fantástica que é a de conviver de perto com as crianças.

Referências

ARAÚJO, M. F. *Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate*. Psicol. clin. vol.17 no.2 Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, F. A. *Homens fora do lugar: identidades de professores homens na docência com crianças*. Trabalho apresentado no GT Gênero e sexualidade durante a 30ª reunião anual da ANPED em outubro de 2007.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

INEP. *Censo da Educação Superior 2010: divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010*. Brasília-DF, 2011.

_____. *Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007*. Brasília-DF, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAMOS, J.; XAVIER, M. C. *A presença de educadores do sexo masculino na educação e cuidado de crianças pequenas*. Fazendo Gênero 9 – diásporas, diversidades, deslocamentos. UFSC, 2010.

SAYÃO, D. *Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche*. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e realidade, vol. 20, (2), jul/dez. 1995.

SEXUALIDADES DISSIDENTES, *INTERNET* E TEORIA *QUEER*: A CONTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES ON-LINE PARA O DESENVOLVIMENTO DE SEXUALIDADES *QUEER*

Rafael dos Santos Morato
rafael.morato01@gmail.com

Cleyton Feitosa Pereira
cleyton_feitosa@hotmail.com

Maria Julieta Correia Jacob
Universidade Federal de Pernambuco
julietajacob@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a refletir sobre como a internet pode possibilitar o desenvolvimento de sexualidades não-hegemônicas e o borramento de identidades sexuais fixas a partir da facilitação do acesso à práticas sexuais não hegemônicas, não identitárias e/ou subversivas aos olhos do pensamento dominante. Além disso, abordaremos também como a percepção das sexualidades dissidentes no ambiente *online* parece ocorrer de forma mais fluida e livre. Levando-se em conta a relação entre a fluidez das identidades sexuais e os estudos *queer*, analisaremos pontos de convergência entre essas correntes teóricas e os conteúdos pornográficos construídos a partir de práticas sexuais dissidentes para se verificar que o afrouxamento de limitadores sociais em relação às sexualidades, na *internet*, facilita o desenvolvimento de sexualidades dissidentes.

Palavras-chave: *internet*, *queer*, sexualidades dissidentes.

A partir de *A história da sexualidade*, a sexualidade é compreendida como um campo permeado por discursos que moldam os corpos, os afetos, os desejos e as práticas sexuais (FOUCAULT, 1988). Com efeito, ele nos dá um panorama caro sobre o quanto a sexualidade foi modelada desde os tempos mais remotos pelas instituições e seus agentes, com destaque para a Igreja e a Ciência Moderna. Se em um dado momento histórico as práticas eróticas entre pessoas do mesmo sexo e as dissidências de gênero eram consideradas um pecado profano, chamado de sodomia, com o processo de racionalização do conhecimento novas categorias surgiram e a homossexualidade, em oposição binária à heterossexualidade - e hierarquicamente inferior - foi inventada, numa perspectiva patológica, diga-se.

O século XX se mostraria aliado às lutas operárias influenciadas pelo pensamento marxista, o período em que eclodem os movimentos feministas e, a partir da segunda metade desse século, o então denominado Movimento Homossexual (que passaria mais tarde a ser chamado de Movimento LGBT). Certamente um período histórico bastante intenso e transformador. Foi nessa fase que também surgiram novas formulações teóricas, a exemplo do importante conceito de gênero que romperia com “o natural” e “o biológico” para explicar as desigualdades que assolavam (e ainda assolam) homens e mulheres.

Nessa profusão de novos conhecimentos e epistemologias, ganha destaque, nos últimos tempos, a Teoria *Queer* (LOURO, 2008). Surgida no fim da década de 1980, essa corrente teórica defende a necessidade de se desconstruírem as identidades sexuais e políticas e assume um papel de pensamento crítico aos estudos sociológicos que sedimentaram as minorias sexuais e o gênero. Assim, as correntes tradicionais dos estudos de gênero, fundamentais para a compreensão do descolamento entre o biológico e o social, passam por um processo de revisão, atualização e desconstrução. Naquela perspectiva, homens e mulheres ocupavam lugares sociais diferenciados em virtude de uma construção social desigual e não fruto de uma determinação biológica. No entanto, ao reproduzir o pensamento binário (homem/mulher, heterossexual/homossexual), as correntes tradicionais não romperam essa lógica excludente e opressora desde sua origem.

Além disso, nessa perspectiva, mulheres e LGBT deveriam se afirmar cada vez mais numa identidade fixa e limitada que define o que é ser mulher e LGBT. Como os estudos *queer* bem apontam, ao nomearmos algo, delimitamos e classificamos e, ao fazer isso, excluímos e hierarquizamos. O excesso de afirmação de uma identidade fixa, imutável e homogênea terminou por isolar um conjunto de sujeitos/as que não se enquadram naquilo que entendemos por mulher e LGBT.

Nessa direção,

a teoria *queer* permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. (LOURO, 2008, p. 47).

Até então tidas como naturais, as identidades sexuais precisam romper com sua fixidez, passar por um processo de “queering”. Richard Miskolci ilustra a tensão entre assimilação (pela via da normalização) *versus* transformação e tece, a partir daí, uma crítica ao Movimento LGBT e seu pensamento identitário e, em certa medida, higienista (MISKOLCI, 2010).

Como exemplos dessa veia assimilacionista podemos citar a luta do movimento gay pelo casamento, uma instituição heterossexual por essência, a hipervalorização de modelos monogâmicos (negando o que seria uma característica quase ontológica: a promiscuidade) ou a luta de pessoas trans para adequarem seus corpos em corpos cisgêneros, ou seja, alguns desses sujeitos fazem a opção de recorrer a cirurgias estéticas que os tornem “completos” ao gênero escolhido em vez de lutarem para romper com o sistema sexo-gênero-sexualidade tão bem demonstrado por Judith Butler.

Nessa armadilha de gênero, recaem no biológico mais uma vez autorizando a supremacia do biopoder sobre nossos corpos.

Na mesma direção crítica, Leandro Colling (2013) reflete, através da análise dos discursos e práticas políticas do Movimento LGBT, por meio de sua experiência de participação no Conselho Nacional LGBT (2013), o quanto o paradigma da igualdade e da afirmação das identidades LGBT tem produzido novos estigmas, exclusões e violências. Sua argumentação em prol de políticas das diferenças só pode ser formulada a partir de sua afinidade com a teoria *queer* e sua perspectiva pós-identitária.

É nessa direção que se enxerga o ambiente on-line como um local que facilita a fluidez das identidades sexuais, pois permite ao usuário transitar pelas práticas sexuais conforme o seu desejo. O fato de conseguirmos encontrar na web conteúdos que exibem relações sexuais entre homens e mulheres, jovens e adultos, idosos e adolescentes, entre pessoas de raças distintas, transgêneros e não-transgêneros, cisgêneros, parentes, e tantas outras expressões da sexualidade, inclusive os fetichistas, nos indica uma impressão de que as regulações e as repressões sociais, com relação à sexualidade, parecem não funcionar muito bem nesse meio.

Destacamos ainda o fato de a internet também ser um lugar onde as identidades são reforçadas, sendo, portanto, um local de disputa.

A teoria *queer* e o borramento das identidades fixas

Como citado anteriormente, dentre as tantas produções acadêmicas sobre sexualidade, ganham destaque nos últimos tempos a compreensão de que as sexualidades existentes são construções sociais moldadas através de condutas reiteradas e discursos moduladores sobre corpos, afetos, desejos e práticas sexuais (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, a teoria *queer* tem a intenção de discutir uma analítica da normalização das identidades com maior foco nas sexualidades a fim de investigar como a dinâmica da construção de padrões de desejos é produzida nas relações sociais. Richard Miskolci (2009) aponta o quanto a manutenção do binarismo entre o padrão sexual hegemônico e não hegemônico contribuíram para o empobrecimento da discussão sobre sexualidade ao dizer que

tanto a sexologia quanto a Psicanálise colaboraram para que o regime da sexualidade operasse por meio de uma fronteira entre o hegemônico (heterossexualidade) e o subordinado (homossexualidade), um regime que permite definir a si mesmo como hétero em oposição a um outro – caricatura ou estereótipo - que sintetiza tudo o que não é nem é desejável que seja (o homossexual) (MISKOLCI, 2009, p 166).

Na perspectiva *queer*, essas identidades, naturalizadas e tidas como padrões a serem seguidos, precisam romper com sua estabilidade e passar por um processo de desconstrução. É a partir dessas pressuposições que visualizamos o ambiente on-line, com suas inúmeras possibilidades de interação, como um espaço capaz de evidenciar uma compreensão *queer* de sexualidade ou pelo menos uma vivência mais livre e menos carregada de culpa e preconceito.

A pornografia virtual e as dissidências sexuais

As possibilidades de relacionamento sexual na internet são multiplicadas de uma maneira pouco percebida nos ambientes externos à *web*. Essas variações de relações são facilmente percebidas através dos fetiches indicados nos sites pornográficos, blogs direcionados por prática sexual ou ainda canais de interação por categorias em salas de bate-papo virtuais.

Sites como o soloboys.tv, o www.xvideos.com.br e o www.redtube.com são organizados por categorias de vídeos por preferência sexual como “gordo”, “dupla penetração”, “masturbação”, “maduro”, “voyeur” “mijada”, “podolatria”, “gay”, “lesbian”, “bi”, “suruba”, “travesti”, “incesto” e tantas outras subdivisões que possibilitam ao usuário e à usuária, através de um simples clique, adentrar nos seus desejos mais íntimos e secretos.

De igual forma, nas salas de bate-papo, como no batepapo.uol.com.br, por exemplo, é possível aos usuários conversarem com pessoas de interesses afins, já que também há categorização por práticas sexuais, e realizar suas fantasias e fetiches através da tela ou até mesmo marcar encontros secretos para a concretização de seus desejos. A sexualidade na *web* permite o acesso facilitado as mais variadas expressões de práticas sexuais.

É curioso notar que a internet subverte a noção de espaço e tempo quando se faz sexo com alguém a milhares de quilômetros de aqui e agora, por exemplo. São exemplos de categorias de salas de bate-papo “gay, lésbicas e afins”, “fetiche-brinquedos”, “fetiche-gordinhas”, “a três”, “sodomismo” e tantas outras que denotam claramente uma multiplicidade de identidades e práticas sexuais que normalmente são invisibilizadas e condenadas no ambiente off-line.

Entretanto, o que mais chama a atenção, e é foco desse trabalho, não é a quantidade de práticas sexuais que têm acesso facilitado na internet, mas sim a percepção de que as sexualidades nesse ambiente parecem ser um pouco mais fluidas e livres, pois é permitido se conectar com práticas sexuais identitárias ou aquelas tidas como subversivas pelo pensamento dominante. Apenas com alguns cliques, podemos nos permitir estimular e até mesmo praticar com alguém, através das tecnologias disponíveis, desejos considerados desviantes. Ou seja, é possível identificar práticas e temáticas sexuais tão variadas que as categorias identitárias, forjadas socialmente, mostram-se insuficientes para abarcá-las.

Nessa perspectiva, Gayle Rubin (1986) afirma que

A maioria das pessoas tem dificuldade em compreender que aquilo que fazem sexualmente será repulsivo para alguém, e que alguma coisa que os repele sexualmente é o maior tesouro prazeroso para alguém, em algum lugar. Uma pessoa não precisa gostar ou fazer um ato sexual particular para que este ato seja reconhecido pelo desejo de outros, e que esta diferença não indica a falta de bom gosto, saúde mental, ou inteligência em qualquer uma das partes. A

maioria das pessoas se equivoca ao posicionarem suas preferências sexuais como um sistema universal que vai ou deveria funcionar para todos (RUBIN, 1986, p 20).

É a partir dessa não compartimentação da sexualidade que se avalia o ambiente on-line como um espaço em que as pessoas, amparadas em certa medida pelo anonimato, pela segurança e pela sensação de privacidade¹, conseguem desenvolver uma sexualidade mais fluida e por que não dizer paralela às práticas sexuais exercidas na sua vida social off-line, nas suas redes de relacionamento e até mesmo na sua vida amorosa. Acessar conteúdos sexuais “subversivos” através de uma tela parece ser uma solução menos hostil para alguém desenvolver uma sexualidade considerada dissidente.

Essa abertura à sexualidade não convencional é possibilitada, entre outros fatores, como dito, pela sensação de anonimato que permeia o acesso a esses conteúdos. Deixar de lado os rótulos e dar vazão, ainda que através de uma tela, aos seus mais profundos desejos sexuais, seja ele o simples *voyerismo*, observando as interações de outrem, ou até mesmo o exibicionismo ou algum outro tipo de “subversão” sexual, parece ser excitante.

Como nesse ambiente, o ciberespaço, não existe de forma sistemática um rígido padrão social limitador de condutas para além da discussão jurídica, que tomou corpo a partir da entrada em vigor da lei 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet, é possível que qualquer pessoa conectada exerça a sua sexualidade sem ao menos saber com quem se está falando (e essa ausência de identificação muitas vezes é o canal possibilitador dos desejos e realizações sexuais). Em algumas situações, a identidade é o que menos importa.

Tanto os vídeos quanto as salas de bate-papo destinadas ao sexo são acessadas das maneiras mais simples e anônimas, o que traz certa tranquilidade a quem as utiliza. A própria formulação do seu *nickname*, um apelido que é solicitado no acesso às salas de bate-papo e que tem especial importância por indicar uma identidade ou intenção de quem acessa esse ambiente (PASTOR e LOGRONO, 2006), desperta criatividade e desejo. O fato de poder ser quem quiser, com outro nome, inclusive, permite uma liberdade difícil de ser exercida off-line e por isso acreditamos que, em alguma medida, essas tecnologias borram nossas identidades, tornando-as mais flexíveis e possíveis.

1 Utilizamos a noção de “sensação de privacidade” uma vez que ainda não é possível dimensionar o real nível de confidencialidade dos nossos dados e páginas que acessamos na internet.

Todas podem ser “Ana”, “João”, “Dercy”, “Pauzudo”, “Chupadora”, “Passivo Nerd”, enfim, pode ser e indicar tudo o que deseja em termos de sexualidade e, portanto, de identidade, pois no ambiente on-line as identidades conseguem se mostrar mais plurais e livres.

Por outro lado, o pensamento *queer* nos ajuda sempre a estranhar o que está posto, por isso é salutar que questionemos as categorizações presentes nos sites pornôns citados e as hierarquias e exclusões que ainda expressam. Por exemplo, é possível notar a ausência de filmes eróticos envolvendo sujeitos como os homens trans, o que indica que ainda existem corpos abjetos ou corpos indesejáveis mesmo dentro de um campo bastante livre como a internet.

Ao mesmo tempo, os aplicativos de pegação gay como o Scruff ou o Grindr reiteram a supremacia gay, branca, masculina e viril: não é raro encontrar perfis que rejeitam a possibilidade de desejarem gays efeminados. Por isso, pensamos que a internet também é um campo fértil de ativismos das dissidências sexuais, seja pela abertura a novas práticas e identidades sexuais e de gênero, seja pelos corpos que ainda não aparecem, mas que resistem em sites alternativos como os transputos.tumblr.com.



Figura 1 - registro extraído do site transputos.tumblr.com em que, ao contrário de muitos sites que enfatizam o corpo cisgênero como o único possível e desejável, o corpo transexual é objeto de desejo.

Conclusão

É nesse conjunto de circunstâncias que se enxerga o ambiente on-line como fomentador do desenvolvimento de uma sexualidade *queer*, quando ninguém necessita mais se encaixar numa identidade sexual fixa. Percebe-se, então, nitidamente, que é possível deixar sua “placa de identificação” de lado e ser amplo e complexo como ser humano. Em menor escala, esse fenômeno também pode ser observado em espaços não virtuais, mais abertos às sexualidades dissidentes e propícios para essas vivências como saunas, casas de suíngue, dentre outras.

Por outro lado, se dentro da internet os desejos fluem quase que instantaneamente, na vida social, sob os limites de uma sociedade machista, misógina e opressora, essa liberdade praticamente inexistente. É o panóptico de Foucault. Dessa forma, a vivência da sexualidade livre acaba sendo uma utopia. Ser dissidente sexual/gênero publicamente e se desprender do papel de pai/mãe, empresário/empresária, cristão/cristã, entre outros binarismos, significa assinar um pedido de violação da sua dignidade. Fugir dessas categorias parece ser um caminho platônico diante das repressões que se pode sofrer no mundo off-line.

Essa pessoa torna-se, portanto, refém de uma identidade definida pela sociedade, com papéis sexuais delimitados e o ambiente on-line acaba sendo o refúgio para que, caso deseje, exerça sua sexualidade sem sofrer todas as violações a sua dignidade das quais são vítimas as pessoas que possuem sexualidades dissidentes, as quais são normalmente resumidas numa homossexualidade, considerada, culturalmente, subalterna, anormal e, segundo Foucault, justificadora da heterossexualidade.

Assim sendo, se nota o quanto é fundamental o estímulo ao desenvolvimento das sexualidades nos ambientes on-line, para que se consolide ao menos uma oposição crítica às construções sociais no reforço da conformidade sexual, pois não se espera um acolhimento por parte das instituições tradicionais, como a família, a igreja ou o Estado, à não conformidade, pois são nesses lugares em que as dissidências sexuais são mais condenadas (RUBIN, 1986).

Dessa forma, viver uma sexualidade on-line ou nos guetos permissivos, como as saunas, casas de suíngue e outros espaços, ainda parece ser uma das poucas, senão as únicas formas de exercer uma sexualidade dissidente de forma mais livre, sem precisar fazer cálculos mentais de comportamentos nem ter seus direitos humanos (e conseqüentemente sua dignidade humana) violados. Portanto, embora se reconheça que o ambiente on-line é um espaço de disputa, ainda fica perceptível a possibilidade de desestabilizar uma identidade reiterada

com frequência socialmente. Fica evidente, então, a vivência de uma sexualidade *queer* possibilitada pela internet. A nossa luta deve ser pela liberdade dos nossos corpos dentro da internet e fora dela.

Referências

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 405-427.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 17ª Edição. São Paulo: Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Uma política pós-identitária para a Educação. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. *Sociologias*. 21.ed. P. 150-182. Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFRGS. 2009.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização*. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL. Vol. 16 p. 1-19. 2007.

PASTOR, Ana Ortigosa; LOGROÑO, Ana Ibáñez. *Comunicación em Internet: constructivismo social e identidad virtual* (2006). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15802727>. Acesso em: 01.05.2015.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Revista Nueva Antropología*, Vol 8, Iss 30, 1986, pp. 95-145

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade* (2012). Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1. Acesso em: 16/08/2015.

INTERAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS DE JOVENS HOMENS EM CONTEXTOS DE POBREZA

Welber Silva Araújo
Universidade Federal do Piauí – UFPI
wellssens@hotmail.com.

Resumo

Este estudo teve como foco a análise de práticas afetivo-sexuais de sujeitos jovens, do sexo masculino de segmentos populares, considerando que estas análises podem ser úteis para servir de base a programas de educação em saúde, pois evidencia características específicas de um segmento. No percurso investigativo, buscou-se o mapeamento de práticas e experiências, bem como percepções das consequências do estabelecimento destas interações de cunho afetivo-sexual sem o uso de métodos contraceptivos, destacando-se nesse contexto a questão das masculinidades. A análise em tela é bibliográfica, e o tema em foco foi pesquisado em livros, artigos publicados em Bibliotecas Virtuais em Saúde LILACS e na base de dados SCIELO. Embora partilhando, de um modo geral, das experiências sexuais contemporâneas, imersas no contexto do fugaz, do efêmero e do instantâneo, esses jovens sinalizam posturas e adesões plenamente amparadas pelas suas realidades socioculturais imediatas. Consideram-se sujeitos dotados de conhecimento pleno quanto às atividades sexuais, não obstante se tenha evidenciado que, na realidade, se mostram expostos aos riscos de práticas sexuais desprotegidas, tornando-se alvos fáceis de doenças sexualmente transmissíveis e paternidade precoce. Percebeu-se que estes jovens vivenciam suas experiências afetivo-sexuais ancorados em princípios e construindo sentidos que em muito se assemelham com outros segmentos juvenis.

Palavras-chave: Juventudes. Sexualidades. Gênero. Masculinidades. Saúde Reprodutiva. Saúde Sexual.

1 Introdução

As diferentes formas e expressões das juventudes são de mais fácil entendimento quando se visualiza o segmento com a sua multiplicidade de sentidos e o contexto com o qual interage. Juventudes na acepção da heterogeneidade que o segmento representa.

São diversos contextos, anseios, prazeres, comportamentos, vivências, culturas, ensejando uma multiplicidade de abordagens sobre este seguimento. Este fenômeno tem feito crescer o interesse e o desejo de aprofundamento de estudos voltados a esta temática.

Lopes e Silva (2009) sinalizam que “juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos” (OMS/OPS, 1985).

Nesse contexto de sexualidade ligando-se ao público juvenil, as análises de Gondim (2015, p.01) indicam que:

“na adolescência acontecem importantes mudanças biopsicossociais, com especificidades emocionais e comportamentais que repercutem na saúde sexual e reprodutiva de ambos os sexos. A preocupação especial com a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes se deve a precocidade do início da atividade sexual, a qual contribui para expor os adolescentes/jovens aos riscos da gravidez não planejada e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)”.

E como parte desse universo, as reflexões da presente pesquisa teve a pretensão de analisar as publicações que fazem referência ao universo da sexualidade de jovens homens inseridos em contextos de pobreza; bem como entender como vivenciam essas experiências, tendo como foco a análise das representações dessas práticas em seus contextos de vida, analisando as percepções sobre prevenção, e possíveis riscos de práticas sexuais desprotegidas.

Para os fins a que se destina este estudo, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica, ou seja, desenvolvida “a partir de material já elaborado por outros pesquisadores” (GIL, 2008). Dessa forma as informações foram obtidas através de livros, publicações periódicas – artigos científicos de revistas ou jornais científicos; obras acadêmicas – TCC, dissertação de mestrado, tese de

doutorado, disponíveis em bibliotecas físicas e/ou virtuais. As principais bases de dados virtuais utilizadas foram LILACS e SCIELO por considerar certificação e qualidade do material disponível na plataforma de buscas.

De modo geral, é necessário focalizar os modos e expressões da vida afetivo-sexual destes indivíduos, pois o entendimento de suas vivências, suas emoções e como estabelecem essas relações, poderá servir de subsídios para os profissionais que trabalham junto a esse público para formularem estratégias bem mais condizentes com as realidades com a qual interagem. Além de ser útil para os próprios jovens à medida que possibilitam a elaboração e planejamento de políticas públicas voltadas a saúde sexual e reprodutiva, bem como servir de base para planos de educação permanente em saúde no ambiente escolar dos mesmos de forma mais eficaz.

2 Referencial teórico

2.1 Juventudes: uma aproximação conceitual

Ao se falar em juventudes, muitos eixos conceituais podem ser considerados; esta categoria pode englobar características e conceituações múltiplas, não devendo ser visualizada “apenas na sua aparente unidade, mas também na sua diversidade” (PAIS, 1993). Ainda segundo o autor, não há um conceito único de juventude, que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. As “diferentes juventudes e as diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias.”

A categoria “juventude não é uma realidade dada, mas construída socialmente a partir dos conflitos que se verificam entre os mais novos e os mais velhos” (BOURDIEU, 1983 *apud* SILVA, 2006, p.59). Não se manifesta, portanto, como algo estável, constante, os jovens acompanham à sua maneira a dinamicidade do contexto social com o qual estão inseridos. A juventude, portanto, não possui um perfil próprio, apresentando-se sobre várias expressões de estilos de vida, crenças e valores, símbolos, normas e práticas grupais diferenciando as culturas juvenis (PAIS, 1993, *apud* SILVA, 2006; p.59).

Para Margulis (2005), a Juventude é uma condição definida pela cultura, mas também possui bases materiais vinculadas com a idade, considerando os aspectos relacionados ao corpo, como saúde, energia, capacidade reprodutiva. A caracterização da juventude ligada aos aspectos “joviais” estéticos, cada vez

mais vem sendo problematizada, pois com a tecnologia estética, não necessariamente se precisa ter pouca idade para ter a beleza, e a jovialidade.

Outro aspecto de fundamental importância para a busca da aproximação conceitual da juventude é a questão de gênero; pode-se, portanto, afirmar que homens e mulheres possuem juventudes diferenciadas. Segundo Margulis (2005) a idade não afeta por igual homens e mulheres; a mulher especialmente influenciada pelas questões da maternidade. Na concepção de Margulis (2005) o relógio biológico feminino está vinculado com os ciclos relativos a reprodução, condicionados por questões culturais e sociais com ritmos e urgências que os diferenciam.

A relação entre juventude e gênero, “se torna mais complexa considerando o plano histórico” (MARGULIS, 2005), manifestado nas transformações sociais que ao longo do tempo se concretizando em nossa sociedade; no caso das mulheres, desde uma maior abertura no plano da sexualidade, e também com relação a uma maior abertura nos campos laborais e intelectuais.

É importante, contudo, considerar que as juventudes são frutos de processos complexos e dinâmicos, da interação entre os contextos sócio-político-econômico-cultural, e certamente este entendimento é uma ampliação das fronteiras conceituais da juventude antes restrita a um processo bio-psico-fisiológico.

2.2 Sexualidade no universo juvenil

As reflexões acerca da categoria sexualidade especialmente no âmbito do segmento jovem instigam reflexões e indagações múltiplas. Falar sobre sexualidade requer que levemos em consideração épocas vividas, convenções culturais, costumes, valores aprendidos no seio familiar e no meio social, dentre outros. Nesse sentido é interessante que seja visualizada para além da questão meramente biológica. As análises de Margulis (2003) indicam:

“nas sociedades sempre existem códigos culturais para regular a sexualidade, e todas as sociedades conhecidas de alguma forma regulam a vida sexual de seus membros, através de um conjunto de restrições e proibições, vindo regular as relações consideradas lícitas entre os sexos.” (MARGULES, 2003, p.32)

As análises de Foucault (1984) sinalizam que, “o termo ‘sexualidade’ surgiu no início do século XIX” (FOUCAULT, 1984, p.9), mas segundo Giddens (1993),

“somente no final do referido século, veio a ser problematizada amplamente em um sentido mais próximo do significado que atualmente conhecemos.” (GIDDENS, 1993, p. 32).

Nesse contexto, Giddens (1993), indica que “sexualidade é uma elaboração do social, que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta” (GIDDENS, 1993, p. 33).

Na perspectiva acima mencionada a sexualidade, portanto, se configura como algo que se constrói fundamentada em valores e relações de poder, ou seja, através do controle, não se constituindo como algo que se balizam meramente pelas vontades e instintos humanos. A forma como nossa sexualidade é vivenciada, ainda constitui-se como um reflexo de toda uma história de tabus e repressões, que ao longo do tempo vieram sendo perpetuadas no meio social. (ARAUJO, 2008, p.25).

A sexualidade visualizada por Foucault (1988) foi “cuidadosamente encerrada” no século XIX, a família conjugal, o pai e a mãe, passaram a não se pronunciar sobre o assunto, restringindo-a apenas à função reprodutiva. Nesse sentido, é imprescindível que contexto sócio histórico sejam considerados, para as análises da sexualidade humana.

Questões como o autoconhecimento sexual, o uso do prazer individualizado, como práticas de masturbação, eram percebidas ainda no século XVII e XVIII como danosas à integridade física dos praticantes. Ideias como “esgotamento progressivo do organismo, monte do individuo, a destruição de sua raça e finalmente, o dano causado a toda humanidade” foram regularmente propagados e prometidos àqueles que “abusassem de seu sexo”. (FOUCAULT, 1984, p.19).

Foucault (1988) percebe resquícios deste “medo” induzido aos indivíduos até nos nossos dias, não com tanta ênfase, mas constitui-se ainda como herança de pensamento de uma tradição cristã que colocava o prazer no campo da morte e do mal.

Ao analisar a trajetória dos estudos sobre sexualidade, não se pode ignorar que estes tiveram um *boom* particularmente expressivo a partir dos estudos sobre gênero. (HEILBORN; BRANDÃO, 1999) Percebe-se, portanto que o campo da sexualidade mantém uma relação íntima com o de gênero, e que as questões que giram em torno da sexualidade, são melhores compreendidas levando-se em consideração os modos de vida e particularidades de cada gênero.

Várias formas de se estabelecer relações afetivas são apresentadas atualmente. Cabe ao jovem, em meio às particularidades de cada troca afetiva, se identificar com uma ou até mesmo com várias delas ao interagir com outro indivíduo. As interações afetivas vivenciadas entre os jovens se apresentam das mais variadas formas; os tradicionais namoros, os tão problematizados “ficas”, dentre outras várias denominações de interações afetivas como, rolos, pegas, arrochos etc. Reis (2004, p.09).

“Falar sobre amor, paixão, sexualidade, entre os jovens é falar de processos muitos intensos, regidos por muitas lógicas e incoerências, por ambivalências e ambiguidades, mas, sobretudo, é falar de processos cheios de movimento e vida, pois que plenos de alegrias, prazeres, decepções, magoas, sonhos, frustrações, esperanças e outros tantos sentimentos e emoções que se lhes atravessa.”

Percebe-se, portanto que são as várias formas de relacionamento afetivo-sexual que se processam em nossa sociedade. O amor não é somente alvo de interesse nesses relacionamentos. Podem existir outras motivações como aproveitar o momento e experimentar novas emoções, ou mesmo formas de autoconhecimento.

2.3 Reflexões acerca de masculinidades

O universo masculino atualmente vem sendo alvo de constantes estudos e problematizações. “A década de 1970, vê nascer os primeiros trabalhos científicos sobre masculinidade” (BADINTER, 1993, p. 14). Questões como a subjetividade masculina, sua sexualidade, o ser homem no contexto contemporâneo e como esse homem estabelece suas relações, tanto no campo afetivo, como na esfera pública, nortearam e ainda norteiam as discussões e debates acerca da masculinidade.

Os estudos de Saffioti (1987) indicam que aos homens ainda é negado em muitos casos demonstrar sua afetividade, seus sentimentos, sensibilidade, ternura, amabilidade, dentre outros. A sociedade reforça constantemente estes ideais, ou seja, papéis ditos de homem, e de mulher. É o que se percebe nesse relato:

“A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da distribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão os campos em que pode

operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 08)

Pensando assim Saffioti (1987), faz com que percebamos que se os papéis sociais homem e mulher, não forem bem desempenhados, os sujeitos podem sofrer retaliações, preconceitos, por não seguirem os padrões ditos normais.

De acordo com Sócrates Nolasco (1993);

“o amor dificilmente é utilizado como fio condutor para a iniciação sexual dos homens, que poderiam ter no **sexo** a expressão da plenitude amorosa. Quanto mais contam suas estórias, quanto mais se envolvem contínua e superficialmente, mas estão próximos da **expectativa social**. Portanto, ser **livre par agir** não significa **ser livre para o que se quer ser**. A liberdade sexual masculina é um blefe de que os homens não se deram conta ainda [...] assim, crescem receosos e inseguros de terem que, a *priore*, garantir performance sexual excelente, [...] os homens limitam seu prazer a dominar e subjugar [...] o que torna complicado conviver com a mulheres sem a obrigação de “comê-las”. (grifos meus, p.71)

Para Badinter (1993), “dever, provas, provações, estas palavras dizem que há uma tarefa real a cumprir para tornar-se homem. A virilidade não é dada de saída. Deve ser construída, ‘fabricada.’” Assim a identidade masculina, constrói-se permeada de conflitos e pela imposição de regras que vem nortear o ser homem, sendo, portanto, também fruto de interações sociais, históricas e culturais.

Ainda segundo Badinter (1993), “o próprio homem e aqueles que o cercam tem tão pouca confiança na sua identidade sexual que lhe exigem provas de sua masculinidade.” Prove que você é ‘homem’ é o desafio que o ser masculino enfrenta permanentemente.

Os jovens do sexo masculino e aqui especialmente os de segmentos populares, imersos neste contexto de provações, sentem a necessidade de se relacionarem afetivo-sexualmente, visto que necessitam reforçar sua masculinidade, corroborando com os ideais pré-estabelecidos socialmente.

2.4 Jovens de segmentos populares: considerações acerca desta especificidade.

A pobreza que atinge a grande maioria dos jovens brasileiros e seus grupos domésticos, “nada mais é do que a introdução material de condição de classe de homens e mulheres, em sua maioria não branca, de classes trabalhadoras, urbana e rural, classes subalternas ou populares, segundo outras denominações.” (DUQUE-ARRAZOLA, 1988).

De acordo com Coimbra e Nascimento (2003), assistimos a uma veemente produção de insegurança, medo, pânico articulados ao crescimento do desemprego, da exclusão, da pobreza e da miséria. Para estes autores, neste quadro terrível com o qual nos deparamos atualmente, os jovens pobres, são os “excluídos por excelência”, pois quando conseguem adentrar no mercado de trabalho são os de caráter informal e nas piores condições.

Coimbra e Nascimento (2003) indicam que por não conseguirem se adequar às normas e exigências que o sistema capitalista exige, tais como escolaridade, qualificação profissional dentre outros, muitos jovens partem para outros rumos ditos ilegais, como criminalidade. Veem como última alternativa e possibilidade à medida que “aumenta apartação social.”

Em seus estudos, Forrestes (1997) *apud* Coimbra e Nascimento (2003), percebeu que:

Para esses “jovens” destinados de antemão a esse problema, fundidos com ele, o desgaste é sem saída e sem limites [...] Marginais pela condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediato, eles são os “excluídos” por excelência [...] Por acaso eles não moram naqueles lugares concebidos para se transformar em guetos? Como será a sua velhice, se chegarem até lá? [...] Bloqueados numa segregação [...] eles têm a tendência de não se entregar.” (p. 28)

Duque Arrazola (1988) pontua características de segmentos pauperizados; são eles, escassa ou esporádica remuneração, equivalente a um salário mínimo ou menos promiscuidade habitacional, devido aos reduzidos espaços das moradias e poucas divisões internas, partilhadas, amiúde, por mais de um grupo doméstico. Construção das moradias com materiais precários, tais como resto de outras construções, barro, papelão, plástico etc. Localização da moradia

em bairros (favelas ou invasões) desprovida de infraestrutura e serviços públicos. Péssimas condições de saúde, higiene habitacional do bairro e até pessoal. Manutenção e saúde física precária. Reduzidas oportunidades de emprego, baixa qualificação profissional, analfabetismo (total ou por desuso).

É percebido, que vários fatores em conjunto caracterizam a condição de pobreza e estes fatores, portanto, condicionam a um modo de vida particular, os jovens inseridos neste contexto vivenciam e estabelecem suas relações e criam às suas maneiras mecanismos de sobrevivência. Analisando por esse prisma, as dimensões psicossociais, sociológicas e ambientais que cercam o fenômeno da interação afetiva-sexual de adolescentes, devem ser ressaltadas especificamente nesses territórios no qual esses jovens se inserem.

Cabe lembrar que esses fenômenos são multicausais e se encarados em âmbitos restritos de disciplinas segmentadas, perderão suas essências, visto que, as investigações em territórios da pobreza urbana possuem dificuldades próprias das fronteiras desses territórios, muitas delas estruturadas pelas leis da violência.

4 Resultados e discussões

Sabemos que homens e mulheres podem ter posicionamentos e/ou percepções diferenciados sobre determinada questão. O meio com o qual interagem pode se apresenta como influenciador destas percepções, sendo assim a forma de compreensão de determinado fenômeno, interage com inúmeros fatores: morais, culturais, sociais, econômicos, políticos dentre outros. Desde cedo questões referentes à sexualidade fazem parte de seus cotidianos. As experiências à iniciação referentes às práticas sexuais são sempre permeadas por histórias de brincadeiras, vontades de conhecer.

Os contextos em que se processam as relações afetivo-sexuais dos jovens são os mais variados. Nos arredores do local onde residem, em lugares desertos e escuros, algumas vezes em suas próprias casas na ausência de seus familiares, tudo da forma mais sigilosa possível, como indica (HEILBORN; BRANDÃO, 1999).

Foi identificado que para os jovens as informações referentes a questões sexuais partem na grande maioria das vezes de amigos. Nas interações do cotidiano, os jovens partilham suas experiências, seus casos e como interagem quando assunto é sexo, as informações socializadas entre os amigos mais velhos podem fazer com que os jovens sintam a necessidade de adentrar nesse campo sexual cada vez mais cedo.

É percebido que a questão do aprendizado não se dá necessariamente no campo da prática, ou seja, em interações sexuais propriamente ditas, como indica Margulis (2005) ao mencionar o fato de que os contextos de vida e suas sociabilidades influenciam nas formas de agirem e se relacionarem. As informações adquiridas com os amigos favorecem também, algo interessante para as vivências destes jovens mesmo que estas informações não correspondam com questões verídicas.

Foi identificado que a família pouco contribui com informações referentes a sexo; mesmo quando as repassam são sempre informações vagas e superficiais, sendo, portanto uma ausência nos contextos de vida destes jovens. Nesse sentido os jovens em estudo se privam de dialogar com seus pais, por receio de serem repreendidos, o que faz com que percebamos que mesmo em tempos de “facilidade” de informações, tudo que se remete ao sexo, ainda causa inquietação e por vezes vergonha, correspondendo diretamente aos estudos feitos por Foucault, (1988).

A questão do medo e da repressão ainda é algo forte e marcante na vida destes jovens as informações recebidas referentes a questões sexuais se restringem ao grupo de amigos, indo ao encontro das perspectivas de Giddens (1993) quando indicava que as informações adquiridas relacionadas ao sexo eram de forma bastante precária, persistindo até os dias atuais essas questões; percebe-se com as análises que existe uma dificuldade de diálogo quando o assunto se remete a interações afetivo-sexuais tanto no ambiente escolar quanto em casa.

Mais do que incertezas os jovens em estudo revelam que em seus contextos de vida sexual os amigos exercem grande influência no sentido de pressionar para o início, variações e quantificações de interações sexuais, causando nos jovens muitas vezes angústias por terem que corresponder a expectativas para não terem sua ‘honra’ masculina posta em questão, como relata Badinter (1993) ao se referir que o homem deve provar sua condição de macho para reforçar sua masculinidade.

Podemos perceber as diferenças com relação aos gêneros como os estudos de estudos de Saffioti (1987) já indicam, na concepção do jovem acontece o contrário com os garotos, estes estimulados a ter variedade e quantidade de parceiras, às garotas o recato e a “pureza” são recomendados. O homem seria um tipo de ser por definição “Homem é Homem”, e pronto tem características próprias e imutáveis, qualquer desvio seria colocar a prova esta questão, reflexões estas que vão ao encontro dos estudos de Sócrates Nolasco (2003).

Como já indicado, desde muito cedo as questões ligadas às interações sexuais fazem parte do cotidiano desses jovens de segmentos populares. Imersos, neste contexto, muitas preocupações se fazem presentes. As preocupações mais pertinentes são quanto a aquisição de doenças sexualmente transmissíveis e, uma possível gravidez precoce de suas parceiras. De forma geral, foi identificado que demonstram-se muito preocupados com sua saúde reprodutiva.

Os jovens em estudo revelam ser conhecedores de que são vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis, e que podem se tornar pais precoces, ou seja, que as práticas sexuais podem lhes trazer consequências indesejadas .

As análises indicam que os jovens de segmentos populares revelam certas angústias sobre consequências que as práticas sexuais acarretariam em suas vidas. Há tempos aos homens o prover, o sustento e cuidados a outrem seria algo que reforçaria ideais de poder, seria algo de honra, entretanto, podemos perceber que em face suas condições de pobreza, encontram-se impotente diante da realidade que se revela cruel. Percepção que Coimbra e Nascimento (2003) já indicavam quando se relaciona pobreza e responsabilidade.

5 Conclusão

Os contextos em que se processam a iniciação sexual destes jovens não obedecem a roteiros ou fórmulas prontas, foi identificado nas análises que estes jovens estabelecem suas relações sexuais muitas vezes de forma desprotegida e que muitos destes são carentes de informações específicas sobre questões referentes a práticas sexuais seguras.

As informações que partilham são sempre de forma superficial e, sobretudo repassada pelos amigos, entretanto, todos os jovens informaram ser possuidores de informações e conhecimento necessários para um bom desempenho sexual, o que se caracteriza como algo que merece uma atenção especial, visto que as informações adquiridas são advindas de experiências e práticas que se ligam ao senso comum, muitas delas sem os devidos cuidados.

Os estudos indicam que estes jovens possuem noções de que podem ser pais de forma indesejada caso não usem os métodos contraceptivos. Podemos identificar que este é um fenômeno que não se dá exclusivamente em segmentos populares, é algo partilhado por vários jovens, mas nos jovens em estudo a ausência do preservativo é uma realidade que depende de outras questões, no caso a facilidade do acesso.

As análises revelaram que conhecem superficialmente as doenças sexualmente transmissíveis, mas se não tomarem as devidas prevenções, estão vulneráveis as mesmas. Identificam estas questões como de grande impacto para suas vidas se por ventura acontecer, causando desconforto e preocupações. Em muitos dos casos, como foi verificado na análise dos artigos e livros que os jovens interagem sexualmente sem o uso do preservativo.

As expressões das sexualidades, bem como as interações sexuais desses jovens se estabelecem nesses contextos de pobreza e miséria, nesse sentido, as políticas públicas devem se focar levando em consideração essas especificidades relacionadas a falta de acesso a bens e serviços, falta de informações referentes à saúde reprodutiva e sexual e noções de prevenção de DST dentre muitos outros agravos.

Esse estudo possibilitou também visualizar que o segmento juvenil traz consigo sentidos múltiplos, pois, de acordo com o meio com o qual os jovens interagem, novas expressões juvenis são construídas em contextos diversos e estes sempre em constante movimento, podendo servir como recorte de uma época e auxiliar na elaboração de políticas públicas voltadas e projetos para esse segmento em específico.

Referências

ARAUJO, Welber Silva; **Expressões afetivas e sexualidades: Uma análise junto a jovens de segmentos populares.** Monografia de Serviço Social. Teresina: UFPI, 2008, 85p.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade.** Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BADINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a Identidade Masculina**, tradução Maria Agnes Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Suzana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza, In: MADEIRA, Felícia Reicher (org). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos Sobre crianças e adolescentes pobres do Brasil. Rio de Janeiro: Editora:record /Rosa dos ventos , 1997. p. 343-402.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guidon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 a.

_____, **História da sexualidade II**, o uso dos prazeres. . Tradução Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guidon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. b

_____, **História da sexualidade III**, o cuidado de si. Tradução Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guidon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.c.

GIDDENS, Anthony, **A transformação da Intimidade**: Sexualidade, Amor & Erotismo nas sociedades modernas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GONDIM, Priscilla Santos et al. Acessibilidade dos adolescentes às fontes de informações sobre saúde sexual e reprodutiva. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 25, n. 1, p. 50-53, 2015.

HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade, In: HEILBORN, Maria Luiza (org). **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zohor, 1999, p 7-17.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (ed). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000. p. 13-30.

_____, **Juventud, Cultura, Sexualidad** : La dimensión cultural en la afectividad y la sexualidad de los jóvenes de Buenos Aires. 1ª edição. Buenos Aires: Biblos, 2003

MINAYO. M. C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade** - 29 ed- Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

NOLASCO, Socrates Alvares. **O Mito da masculinidade**. 2ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 187p

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993. 350 p.

REIS, Vânia Teresa Moura. Os jovens e seus modos de vida afetivo-sexual. In: REIS, Vânia Teresa Moura. **Jovens pais e jovens mães: experiências em camadas populares**. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC, São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. Coleção Polêmica, São Paulo, Moderna, 1987.

_____, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil atual. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, vol. 2, p. 443- 461, 1994

SCOTT, Joan W. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Traduzido pela SOS: **Corpo e Cidadania**. Recife, 1990

SILVA, Valéria. Jovens do Brasil: sujeitos de tempos, espaços e expressões múltiplas. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes de; ADAD, Shara Jane Costa e FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. **Jovens e crianças - outras imagens**. Fortaleza: UFC Edições, 2006a. p. 83-96.

_____. **Identidade Juvenil na Modernidade Brasileira**: sobre o constituir-se entre tempos, espaços e possibilidades múltiplas. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis 2006b.

SILVA, Carla Regina, LOPES, Roseli Esquerdo. **Adolescência e Juventude: Entre conceitos e políticas públicas**. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106

SOUSA, Maria Antonieta Albuquerque. A juventude no plural: anotações sobre a emergência da juventude. In: ALVIM, Rosilene QUEIROZ, Tereza, FERREIRA, Edílzio Jr. (org.) **Jovens & Juventudes**. João Pessoa. Editora Universitária – PPES/UFPB, 2005.